

ELEMENTOS
DE
METAFÍSICA

Dr. Reynaldo Purim, Ph. D.

Contatos:
João Reinaldo Purin
jrpurin2008@gmail.com

NOTA EXPLICATIVA

ELEMENTOS DE METAFÍSICA são conteúdos de aulas que o Dr. Reynaldo Purim ministrou, no Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil, no Rio de Janeiro.

Ele, como doutor em filosofia e especializado na religião cristã, gostava de assuntos que exigiam raciocínio claro para os mais controvertidos temas.

A Metafísica refere-se a tudo aquilo que está aquém ou além da física. Aí, temos: Deus, alma, a matéria enquanto não fenômeno ou a coisa em si, que é denominada por *nômeno*, isto é, aquilo que é antes de ser fenômeno.

Esta obra constitui-se de “elementos”, isto é, apanhados, resumos, esboços da matéria de várias fontes adaptados e outros elaborados pelo autor.

Ele apreciava muito o filósofo e pensador Kant que deixou, entre muitas obras, a CRÍTICA DA RAZÃO PURA e a CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA. Obras essas que foram compulsadas pelo autor.

O autor focaliza os aspectos da Epistemologia, Ética, tudo visando o conhecimento de Deus e o relacionamento humano, com o objetivo de aplicar à teologia, pois as aulas eram ministradas a acadêmicos nesta área.

O leitor há de encontrar falta de coordenação e harmonia na disposição destes “elementos”. Peço, para tanto, a compreensão, tendo em vista que os conteúdos são mais importantes que forma.

Faça bom proveito.

João Reinaldo Purim
Sobrinho do autor



ELEMI

SICA

Dr. Reynaldo Purim

Introdução

1 – Conceito e razão de ser. A Metafísica é o estudo sistemático e filosófico dos primeiros princípios relacionados com o homem que busca os conhecimentos básicos para o seu viver e relacionados com os objetos que ele precisa conhecer. Trata dos primeiros elementos ou preliminares da experiência humana e de sua interpretação como um todo. Sem o

conhecimento dos elementos metafísicos, o homem não pode atuar conscientemente em nenhum aspecto específico do seu viver prático. É na metafísica realmente que o ser humano precisa iniciar o seu viver consciente e é através desta que ele pode chegar a compreender a sua própria razão de ser. Os elementos metafísicos são imprescindíveis para a atuação consciente do homem em todos os aspectos da sua vida. Sem a base do conhecimento metafísico a vida humana, embora possa progredir em aspectos particulares não pode evitar problemas e fracassos como um todo. O conhecimento dos elementos metafísico, pois, é o alicerce ou a base essencial para o homem realizar suas próprias finalidades.

2 – Problemas estudados na metafísica. Os objetos ou assuntos a serem estudados serão apenas mencionados aqui de modo geral, mas sem entrar em detalhes. Neste estudo pretendemos abordar como assuntos básicos a crítica do conhecimento e a realidade última e outros relacionados com estes. A realidade última como objeto geral do estudo metafísico difere, por definição, do conhecimento científico ou dos fenômenos sensíveis. O conhecimento da realidade procurado na metafísica é a priori, ou conhecimento formado pela própria mente humana através da sua capacidade cognitiva quando está em face ou em contato com as limitações do seu conhecimento científico. É preciso notar também que o conhecimento metafísico da realidade, ou da totalidade da experiência sensível, não é uma finalidade em si, mas sim a condição ou base para o conhecimento da existência e atuação da realidade pessoal ou ontológica que transcende a metafísica e que é essencialmente e ética e finalidade em si. No sentido restrito do termo, a metafísica é a preliminar para o estudo da realidade pessoal que é finalidade em si. Esta certamente é metafísica, mas só no sentido de transcender a experiência física e a sua interpretação racional.

3 – Necessidade de noções de metafísica na teologia. À luz do que ficou dito acima sobre os princípios metafísicos como base no viver do homem já deve estar clara também a sua necessidade como uma preliminar na interpretação da religião cristã ou na formação da teologia. A religião e a religião cristã em particular é fator essencial na vida humana. Os princípios metafísicos, sendo básicos em todas as fases da vida humana, são necessários também na teologia. São necessários para a interpretação do conteúdo da religião cristã e dos seus aspectos históricos e científicos.

A revelação de Deus através de experiências particulares e processos históricos só pode ser interpretada no seu significado ético e espiritual na base de conhecimentos preliminares metafísicos. A interpretação da experiência religiosa e espiritual depende de conhecimentos das realidades que estão acima da física e mesmo assim do próprio conhecimento metafísico que é impessoal. A verdade lógica, por exemplo, depende da experiência psicológica, histórica e da verdade ontológica. Também o conhecimento da verdade espiritual ou ética depende de noções da metafísica como preliminares.

4 – Método do estudo da metafísica. Antes de prosseguir neste estudo precisamos focalizar o método do conhecimento metafísico que é a parte principal e também talvez a mais difícil. Metafísica estuda o que está além da física. Estuda os princípios, realidades e processos que estão além e que são independentes das experiências dos sentidos físicos e que transcendem, portanto, a ciência física que é externa e limitada em fenômenos.

O estudo da metafísica não pode começar baseando-se na realidade externa ou cosmológica, por exemplo. Antes, precisa começar com a crítica do próprio processo do conhecimento e, através deste, então buscar o conhecimento da realidade metafísica propriamente dita. Na aquisição do conhecimento, o primeiro fator não é o objeto, nem é o sujeito como conhecedor em si, mas sim a capacidade cognitiva deste mesmo sujeito e o processo pelo qual esta alcança a realidade. Pela crítica da sua própria capacidade e do processo do seu conhecimento, o sujeito chega a conhecer, não só o seu objeto, mas também a si mesmo como agente. Na história do pensamento racional do homem, o primeiro conhecimento racional, do homem, o primeiro conhecimento racional, que surgiu, não foi o da essência do ser, mas o conhecimento matemático ou da forma da atividade mental do homem. O pensamento lógico e matemático surgiu primeiro e só depois veio o pensamento cosmológico, antropológico e outros. Por esta razão julgamos razoável examinar aqui primeiro a capacidade cognitiva e o processo do nosso conhecimento e só depois abordaremos a realidade como nosso objeto e o nosso próprio ser como agente e possuidor deste objeto. Iniciamos, pois, com a crítica do conhecimento estabelecida por Kant.

Crítica do Conhecimento ou da Epistemologia.

Para estudo da teoria do conhecimento como primeiro assunto e preliminar da metafísica, tomamos por base a CRÍTICA DA RAZÃO PURA, de Kant, apresentada em resumo por vários autores como, por exemplo: Avey, Bowne, Cushman e outros. Na apresentação destes resumos aqui poderá aparecer uma ou outra repetição de idéias o que certamente não irá criar nenhum problema. Notemos agora em termos gerais o pensamento de Kant sobre o processo do conhecimento.

1 – Para Kant “experiência” é a base do conhecimento. Esta idéia vem de Leibnitz e Kant a considerava muito arrogante e dogmática e também a considerava cética na sua apresentação dada por Hume. Kant pressupôs que a mente humana é ilimitada e procurou definir a sua capacidade. A análise desta capacidade ele chamou de “crítica”. Pressupôs ainda que na experiência há formas e princípios do mundo sensível e inteligível. Considerando a experiência do ponto de vista de Leibnitz, Kant verificou que Hume tinha procurado reduzir a fenômenos (ou aparência dos sentidos) àquilo que nunca pode ser assim reduzido, a saber, as pressuposições ou estruturas anteriores que determinam aos fenômenos a forma que eles têm. Não pode haver itens específicos de espaço e tempo, por exemplo, para uma pessoa que não tem capacidade de perceber espaço e tempo.

2 – Para Kant, todo conhecimento certamente começa com experiência. Disso não se conclui, porém, que tudo venha da experiência. A capacidade para termos a experiência, por exemplo, não pode ter sua própria origem nesta mesma experiência. Caso semelhante acontece com o tempo. Espaço e tempo são formas mentais a priori da experiência. A nossa crença na infinitude do espaço e tempo, por exemplo, não é empiricamente verificada. As aplicações particulares no exercício desta capacidade são fatores a posteriori da experiência de conhecer. É o intercâmbio dos dois, do a priori e do a posteriori. O que acontece na percepção, acontece também na experiência que o conhecer tem. Ela é determinada primariamente pela estrutura da percepção. No processo intelectual o fator principal é a estrutura da mente e não a atividade que o conhecimento apresenta.

3 – Kant concluiu que as formas do conhecimento oferecidas pela lógica são as categorias mentais de Aristóteles, cuja lista revisou. (Aristóteles – o objetivo. Kant – o subjetivo). Formulou quatro grupos dessas categorias: 1) Quantidade – unidade, pluralidade, totalidade; 2) Qualidade – realidade, negação, limitação; 3) Relação - subsistência e inerência, causalidade, dependência e reciprocidade; 4) Modalidade – possibilidade, existência, necessidade. Para Kant estas são as formas gerais ou básicas sob as quais pensamos tudo. É isto ou é nada. São as coordenadas com que o ser pensante unifica a sua experiência toda. Este processo do pensamento, porém, pressupõe a unidade do próprio ser pensante, a unidade original e sintética da percepção. De acordo com Kant, Hume errou quando procurou derivar a unidade da mente ou do ser da sua associação de idéias. Para ele, Hume devia pressupor esta unidade da mente no exercício da sua atividade de comparar e distinguir idéias. A unidade do próprio ser é a priori é não a posteriori.

4 – Sendo as formas da percepção e do pensamento, dependentes da estrutura mental do conhecedor, elas não podem dar nenhum conhecimento das coisas em si (nômeno) além da experiência. Conhecimento é dos fenômenos; os nômeno podem ser pensados num sentido, mas não podem ser conhecidos em si em termos racionais ou objetivos. Não podemos discutir a natureza da alma, por exemplo, a não ser em termos de suas manifestações empíricas e psicológicas. Não podemos falar de mundo material em termos transcendentais além da nossa experiência possível. Do contrário caímos em antinomias ou pontos de vista incompatíveis. Podemos pensar, por exemplo, que o mundo deve ter tido um começo e podemos pensar também que o mundo pode não ter tido começo nenhum. Semelhantemente podemos pensar sobre a “causalidade”, “liberdade”, e sobre “um Ser Necessário” etc., mas nunca podemos achá-los na experiência.

5 – Kant mostrou ainda que se procurarmos provar a existência de Deus como Ser Necessário (pelo argumento ontológico), por exemplo, ou pelo argumento cosmológico, ou outro, encontramos que há possibilidade de idéias arbitrárias em cada caso as idéias de alma, Universo e Deus são idéias normativas e não constitutivas. Elas nos capacitam organizar a experiência e atribuir unidade à mesma, mas não podemos estabelecer a sua validade além disto. Assim a razão científica está limitada a “objetos

da experiência possível”. Para uma discussão completa sobre o assunto consulte a Crítica da Razão Pura.

6 – Para Kant a finalidade da Razão, expressa nos “Prolegômenos a Toda Metafísica Futura”, é levar o homem a fazer as três perguntas fundamentais de interesse humano: Que posso eu conhecer? Que deve eu fazer? Que posso eu esperar? E, desenvolvendo a primeira mais tecnicamente: Como é possível enfim a matemática pura? Como é possível uma física pura? Até onde é possível a metafísica ir? São as fases do problema central: como são possíveis os juízos sintéticos a priori? São os juízos universais que aumentam o nosso conhecimento, pois são verdades logicamente necessárias, mas cuja validade não pode ser estabelecida pela experiência. A resposta à pergunta: Estes juízos não antecipam conteúdos específicos da experiência, mas são apenas suas formas gerais.

7 – Para Kant a moral – Que devo eu fazer? - analisada nas obras “Fundamentos da Metafísica da Moral” e “Crítica da Razão Prática” – Trata das condições do significado mais elevado da conduta assim como tratam a ciência e filosofia tratam do significado do conhecimento. Em ambos os casos, de acordo com Kant, o alvo é trazer ou colocar as coisas sob os princípios mais elevados como sejam: Consistência, necessidade e universalidade. A moral leva-nos a agir como precisássemos expressar uma lei universal. A lei moral diz: Faze aos outros, o que queres que eles façam a ti. Em última análise respeita a humanidade toda em de cada indivíduo. As leis de conduta individual são os aspectos particulares da lei geral. De acordo com Kant, a moral trata do que deve ser e não do que é. Ela, a moral, não pode ser deduzida da descrição da conduta humana. É prescritiva e não descritiva. Deve ser ou é a priori e não a posteriori. Dentro deste princípio, a vida é boa independentemente de ser sucesso ou fracasso material. Boa vontade é a única coisa boa que pode haver. A palavra chave da moral é o “dever” e não o “prazer”. Moralidade pressupõe os postulados da razão prática: Liberdade, imortalidade e Deus, mas não oferece perfeição do seu significado numa vida finita. A injustiça existente, por exemplo, exige a crença em um Deus que faz a justiça.

8 – “A Crítica do Juízo” de Kant trata do terceiro aspecto da experiência: da arte, da beleza da natureza mostrando que a sublimidade é

a grandeza acrescentada à beleza, à infinitude. A vida religiosa para Kant está sujeita às limitações da nossa experiência. A sua ênfase deve estar mais na ética do que na teologia transcendental.

A Nova Conceituação de Epistemologia de Kant

À luz do exposto acima no resumo de Avey, vemos que Kant formulou uma nova conceituação do processo de conhecimento e da atuação da vida mental. Esta nova conceituação acha-se apresentada em mais detalhes na obra “A Beginner’s History of Philosophy”, de Cushman da qual extraímos o que segue: Kant estava convencido de que o problema do seu tempo não era o de especulação metafísica, embora reconhecesse o valor desta nas esferas da religião e da moral. Percebeu que o racionalismo metafísico de Wolff era inadequado, pois tratava apenas de uma operação lógica de conceitos e não de relações reais. Kant estava certo, igualmente, de que a metafísica empírica era inadequada, pois não oferecia certeza de verdade nenhuma. A metafísica racional era verdadeira logicamente, mas não era real; a metafísica empírica era bastante real, mas não era verdadeira logicamente. Kant resolveu, pois, descobrir a relação entre o processo lógico do pensamento e a realidade das coisas. Sentiu que o primeiro problema, a ser enfrentado e solucionado no seu tempo, era o problema do conhecimento – o epistemológico. Planejou tratar também do problema metafísico, mas deixou-o para depois e assim ficou para a sua velhice muito avançada. O problema de Kant pode ser expresso numa simples pergunta: Como podemos nós conhecer? O problema metafísico que ele adiou era: Que é real? Este problema, entretanto, não era tão simples como pode parecer, pois o problema epistemológico que procurou resolver ficou prejudicado pelo dualismo metafísico de Wolff que Kant sempre pressupôs. Concordando com o dualismo de Wolff – a teoria de que um grande abismo separa a mente e a matéria – a pesquisa de Kant sobre o conhecimento não era a simples pergunta: que podemos nós conhecer? Mas era uma pergunta maior: que podemos nós conhecer a respeito do mundo exterior?

O método de Kant. Relacionado com este problema epistemológico, surgiu então um novo método para a sua solução. Como descobriremos o que podemos conhecer? Kant chama este método de “método crítico”. É a

crítica não somente das condições gerais do conhecimento, mas também é uma crítica especial para determinar os limites do seu campo restrito. Kant mostrou que dois métodos podem ser usados, o dogmático e o transcendental. Afirmou que o método dogmático, usado no passado, revelou-se ser deficiente. Que é o método dogmático? Era dogmática para Kant toda filosofia que afirma a veracidade do conhecimento, mostrando apenas como ele originou e se desenvolveu. Dogmatismo não é nenhuma solução; é simples descoberta psicológica de idéias em suas fontes. Estas fontes serão ou idéias inatas, no caso de sermos racionalistas, ou sensações, no caso de sermos empiristas. O método verdadeiro, pois, é o transcendental, o crítico, o estudo da natureza da própria razão, a razão pura, para verificar se os seus juízos têm alguma universalidade, além da experiência humana, e se assim eles são necessários à experiência humana. A lógica destes juízos deve merecer absoluta confiança e, ao mesmo tempo, eles devem ser aplicáveis ao mundo das coisas. Sendo transcendental o método, esses juízos são transcendentais, não porque transcendem a experiência, mas porque são necessários à experiência. O transcendental não é aquilo que o é a priori cronologicamente, mas sim racionalmente. O transcendental é indispensável ao conhecimento. O método crítico visa descobrir esta condição indispensável. Kant estudou o campo todo da razão para este fim. Sendo para Kant o pensar, o sentir, e o querer as formas fundamentais da razão, ele pesquisou a esfera do pensamento para descobrir os princípios transcendentais do conhecimento racional; pesquisou a esfera da vontade para descobrir os princípios fundamentais da moralidade; e pesquisou o campo do sentimento para descobrir os princípios transcendentais da beleza.

O Mundo Tríplice de Kant:

Estados Subjetivos (e coisas em si) e Fenômenos

Na sua busca das condições indispensáveis ao conhecimento do mundo exterior, Kant desdobra o caráter tríplice da esfera da vida humana. Para Wolff o mundo tinha sido duplo. Em outras palavras, tinha entendido o mundo como dual no qual havia uma correspondência, de lado a lado, da realidade independente e o estado da consciência. Para Wolff a realidade é independente da consciência e mesmo assim nós estamos cômicos desta realidade. Kant nunca abandonou por completo o dualismo de Wolff, mas descobriu que nessa condição não podia haver

conhecimento nenhum. Como podemos estar cômicos, perguntou ele, daquilo que está absolutamente independente de nós? Kant destruiu, assim, os mundos de Wolff de realidades independentes, para construir um mundo intermediário, o mundo dos fenômenos. Dissolveu o rigor do dualismo de Wolff e estabeleceu um mundo de três divisões e atribuiu a cada divisão um novo valor epistemológico. Estes eram: a esfera dos estados subjetivos ou a consciência subjetiva do indívíduo, a esfera dos fenômenos ou do conhecimento, e o mundo da realidade absoluta ou das coisas em si. O valor do mundo dos fenômenos está no fato de ser esta a esfera do conhecimento. Os dois mundos têm seus próprios valores que vamos descrever abaixo. O mundo duplo de Wolff pode ser comparado com o mundo triplo de Kant assim: Wolff: 1) Mente, 2) Matéria; Kant: 1) Estados subjetivos, 2) Fenômenos (esfera do conhecimento racional), 3 Esfera das coisas em si.

1 – A esfera dos estados subjetivos evidentemente não é a esfera de conhecimento. É a esfera da intuição e da apreensão imediata de sensações e idéias do próprio indívíduo; mas isto não é o que entendamos ser conhecimento. O mundo subjetivo é aquele em que nós vivemos sozinhos; é a esfera da qual ninguém mais está cncio; é a esfera que me d a minha individualidade. Anica ligação entre os meus vários estados puramente subjetivos é a ordem acidental de tempo em que eles, empiricamente ou por associação, ocorrem. A inteligência animal possui apenas tais percepções de sentidos e sensações, e estas são modificações de sua consciência subjetiva. Tal constituição mental não tem a capacidade para conhecimento, mas apenas para casual associação de idéias. Kant considerou o conteúdo da consciência subjetiva apenas como objeto de pesquisa psicológica.

2 – Para Kant, entre ou ao lado ou acima da esfera da subjetividade ou entre esta e acima das coisas em si, está a esfera do conhecimento empírico humano, que em nossa linguagem comum chamamos de natureza física e a qual ele chamou de “mundo dos fenômenos” ou “o mundo da experiência”. O mundo subjetivo  apreendido s pelo indívíduo; o mundo das coisas em si não é conhecido racionalmente pelo ser humano; mas o mundo dos fenômenos é o objeto comum do conhecimento da humanidade toda. Os fenômenos não são coisas em si, mas são coisas para nós; são a natureza física – uma totalidade inter-

relacionada para nós. Elas não constituem uma realidade absoluta, mas sim uma realidade relativa a nós. Fenômenos são experiências em suas relações; são as experiências relacionadas que constituem objetos de conhecimento. Na sua forma sistemática e totalmente organizada elas constituem a “natureza”.

A teoria de Wolff, com as suas duas divisões do mundo, tem muitas diferenças da teoria crítica de Kant com as suas três divisões do mundo. A diferença mais importante na teoria de Kant é que nela desaparece a correspondência entre os estados da consciência e a realidade. A realidade toca a consciência apenas num ponto, isto é, onde aparecem as sensações. Sensações marcam a divisão e separação entre a realidade desconhecida e a vida consciente. No lado da realidade tudo é trevas; no lado da vida consciente tudo é criação da nossa completa atividade sintetizadora. Com a linha divisória da sensação como base, as duas esferas se estendem em direções opostas. Em valor a esfera da nossa vida consciente é apenas relativa, a da realidade, ou das coisas em si, é absoluta.

3 – A esfera das coisas em si não é para Kant a esfera de conhecimento racional. Quando fala de coisas em si, ele não quer dizer distintamente coisas para nós, ou coisas materiais, nem objetos da natureza. As coisas em si, ficam fora de toda percepção dos sentidos e, portanto, fora de toda percepção dos sentidos e, portanto, fora de todo conhecimento racional. Uma inteligência divina poderia ter as coisas em si como objeto do seu conhecimento, mas não para nós, seres humanos. A coisa em si é o desconhecido e o incognoscível. Mas, se essa esfera é tão absolutamente independente, como podemos dizer que ela existe? Kant responde: ainda que não possamos dizer o que é uma coisa em si, somos obrigados a dizer que ela existe. Embora esteja além da nossa percepção sensível, ela existe como um postulado necessário à percepção como mero “problema”. Kant chama também as coisas em si de “nômeno” e as considera como conceitos restritos à inteligência divina não sensitiva. A realidade delas é tão pequena que pudesse ser negada ou afirmada.

O mundo ou a esfera da vida consciente do entendimento racional.
Com referência à esfera tríplice de Kant, é preciso notar que a esfera da subjetividade e a do conhecimento empírico juntas constituem a nossa vida consciente. Uma é a esfera consciente do indivíduo e a outra é a esfera da consciência da humanidade. Kant notou mais a seguinte

distinção entre estas duas esferas: No estado puramente subjetivo e mente é inteiramente passiva e o seu conteúdo é sem controle. Num estado de conhecimento, porém, a mente está ativamente empenhada em reunir e relacionar suas idéias. Isto é o que Kant chamou de síntese (sintetização).

Quando Kant estava procurando definir o seu problema, ele gradualmente formulou um esboço cada vez mais claro da natureza sintética ou sintetizadora da razão humana. Sentiu cada vez mais que o segredo do processo do conhecimento deve ser explicado pela sua função de combinar muitas experiências em uma unidade. Este conceito da síntese é o que separa a Crítica da Razão Pura de todos os escritos anteriores de Kant. Além disso, os seus três livros de Crítica são exposições dos diferentes estágios nos quais a síntese mental se completa: na 1) percepção, 2) entendimento racional, e 3) raciocínio. A atividade cognitiva do homem se desenvolve nestas três diferentes formas de síntese (sintetização) em que cada estágio inferior é o conteúdo do superior.

Qual é então, o fator central no conhecimento? É o poder sintetizador da mente (ou do espírito). A mente não está consciente apenas passivamente de suas sensações que vêm em séries sucessivas, mas ela mesma ativamente as relaciona e mantém juntas. A mente é um agente dinâmico cuja atividade consiste em sintetizar no momento presente as suas experiências do passado. A mente humana não é, todavia, como fosse uma tela em que projeções estereotipadas aparecem e desaparecem. A mente conserva em si os seus quadros todos embora estes não sejam mais projetados na tela. Por exemplo, ao ouvirmos o bater do relógio, se não tivéssemos nenhuma capacidade sintetizadora, o que apreenderíamos não passaria de um, um, um etc. Mas, tendo capacidade para sintetizar, dizemos, um, dois, três etc. Contamos em série em que cada termo inclui o precedente. O dois inclui o um; o três inclui o dois etc. Isto é conhecimento; é experiência cumulativa. A natureza atuaria em vão sobre o homem se a sua mente não perpetuasse em si as experiências através da memória e imaginação. Portanto o mais importante não é o que a mente conhece, mas é o poder que a mente tem para acumular e perpetuar. Conhecimento para Kant é a unificação de que é multiforme.

Existem, pois, dois aspectos no conhecimento: As sensações passivas e o poder ativo sintetizador da razão. De um lado, estão as sensações – a matéria prima, o conteúdo do conhecimento. De outro lado, está o poder ativo e unificador da razão ou da mente. Conhecimento consiste na conjunção de sensações e sínteses. A razão só trata das “relações do pensamento” ou imaginações quando procura tratar dos objetos dos quais as sensações não são a matéria prima. Sensações sozinhas, no entanto, são apenas estados subjetivos. As freqüentes afirmações de Kant de que “só na experiência está a verdade” e de que “concepção (conceituação) sem percepção é vazia; e de que a percepção sem concepção é cega”, referem-se à limitação do conhecimento aos materiais dos sentidos e à função sintetizadora da razão.

O lugar da Síntese ou Sintetização no Conhecimento. Que posição ocupa a síntese ou sintetização no processo total do conhecimento? É síntese um dos fatores ou elementos do conhecimento? Está a síntese no mesmo plano das sensações, sentimentos e imaginações? Não. O seu lugar é muito diferente. A síntese, que Kant descreve, não é o produto nem a conclusão que viesse de uma inferência. A síntese para Kant não é o resultado da combinação de experiências como isto se verifica nas ciências quando o cientista estabelece leis. Antes, porém, é o próprio ato de combiná-las. A síntese é a forma do multiforme unificado; é a lei da sua unificação; é o ato de ajudar experiências isoladas. A síntese ocupa um plano mais elevado do que os elementos do conhecimento ou o próprio conhecimento em si. Síntese é antes o processo do conhecimento do que o produto conhecido. É constitutiva; é criativa; ela condiciona a experiência e ajunta o material desta mesma experiência. A síntese não deve ser considerada ou pensada como fosse um ato voluntário que a mente faz ou não faz como quer. Quando a mente atua, ela sintetiza.

Outrossim, o funcionamento sintetizador de todas as mentes humanas é o mesmo em toda parte. Por mais diferentes que sejam as suas sensações, as mentes combinam e ordenadamente arranjam os materiais dos sentidos do mesmo modo. A síntese feita pela mente humana é a fonte da universalidade pertencente ao conhecimento; as sensações, os “dados” são a fonte da diferença no conhecimento. Conhecimento é o resultado das mentes que funcionam absolutamente do mesmo modo. Nós nunca teríamos conhecimento se a ordem e o relacionamento do mundo

dependessem do que é accidental na experiência. Toma, por exemplo, as leis como a de matemática ou a lei física de causa. Elas são a mesma para todos. São leis universais. A conceituação comum dela como princípios independentes de um mundo de natureza independente não explicaria a sua necessidade e universalidade para todos. Como princípios independentes eles difeririam para os diferentes povos assim como diferem as sensações. Neste caso nós não teríamos conhecimento nenhum. Seres humanos então não poderiam pensar sobre as mesmas coisas, nem poderiam raciocinar sob os mesmos princípios orientadores. No entanto, todos nós pensamos de modo semelhante; temos a mesma geometria, as mesmas leis físicas, os mesmos critérios de tempo, e isto se verifica simplesmente porque na sintetização funcionamos de modo semelhante. Conhecimento, pois, é o patrimônio comum da humanidade toda porque o funcionamento sintetizador dos diferentes homens como indivíduos é o mesmo em identidade.

Bom método para compreender o princípio central da síntese de Kant é desenhar o seguinte quadro. Suponhamos que, além da raça de seres humanos com a sua maneira peculiar de organizar o mundo, houvesse uma raça de anjos, capacitados com seus próprios poderes mentais e assim com eles as raças x e y, cada uma com os seus poderes diferentes. Qual seria a situação de todos? Em primeiro lugar, cada grupo estaria absolutamente isolado de cada um dos demais. Nenhum deles seria capaz de conhecer nem mesmo a existência dos outros. Uma raça nada teria em comum com as outras. O mundo de cada uma seria diferente. Em segundo lugar, cada grupo estaria procurando interpretar a realidade e, ao fazer isto, construiria e organizaria um mundo de realidades propriamente seu. Os indivíduos de cada raça certamente teriam um mundo em comum e os membros conheceriam um ao outro. Isto, porém, seria tudo. Os membros de cada raça não seriam capazes de sair dos seus próprios poderes de síntese. Na Escritura Sagrada, a morada dos anjos às vezes tem sido descrita como não tendo tempo nem espaço, mas isto significa apenas que o espaço e tempo são aspectos da nossa síntese mental e não deles. Nós vivemos no nosso mundo e da nossa construção interpretativa da realidade, e eles vivem no deles. O mesmo aconteceria com as outras raças. Ninguém viveria no mundo de realidade absoluta. Mas cada um viveria num mundo feito diferente de todos os outros mundos também feitos diferentes pelos poderes mentais de cada

raça. Mesmo assim os membros de cada raça habitariam um mundo comum, pois os indivíduos de cada uma teriam poderes mentais comuns. O mundo particular que os seres humanos habitam é chamado de natureza física cujas leis são conhecidas como as leis da ciência. Como pode ser um o mundo em que vivem tantos milhões de diferentes seres humanos? Isto se verifica porque estes milhões de seres humanos estão sob as mesmas leis racionais e fundamentais e constroem o mundo de modo comum. As leis da natureza são, enfim, as leis das nossas próprias mentes. São as leis da razão. As leis da natureza não são as leis da realidade absoluta, mas sim as leis da interpretação humana da realidade. Todo relacionamento de fatos, toda combinação da variedade de objetos do conhecimento – numa palavra, o conjunto total da ciência ou o mundo da natureza física é uma sintetização mental humana. Existe realmente a realidade absoluta independente? Sim existe, mas atrás das cortinas tanto para nós como para os anjos. A síntese mental é constitutiva do mundo em que nós no momento presente estamos empenhados – a síntese mental permeia todas as nossas experiências. A síntese mental é a estrutura (armação) do universo e, portanto, Kant diz: “O mundo é minha representação”.

Função de Juízos no Conhecimento. Na discussão acima observa-se que Kant não crê que uma sensação ou idéia, tomada separadamente, constitua conhecimento. Conhecimento consiste de sensações relacionadas em uma síntese. Isto é, idéias devem ser tomadas umas juntas com as outras. Na gramática isto chama-se formar a proposição com um sujeito e um predicado. Na lógica isto chama-se juízo. A única maneira pela qual o ser humano pode expressar conhecimento é pela formação de juízos; mas nem todos os juízos são necessariamente expressões de conhecimento.

Kant divide, então, os juízos em duas classes: analíticos e sintéticos. A grande classe dos juízos analíticos não são expressões de conhecimento. Que é um juízo analítico? Juízo analítico expressa no predicado apenas alguma coisa contida no significado costumeiro do sujeito. Tal juízo articula o significado de uma idéia enfatizando algum dos seus atributos bem conhecidos. Dizemos, por exemplo: “O ouro é amarelo”. Tal afirmação sobre o outro não revela nenhum conhecimento. É chamada, às vezes, de afirmação explicativa. É uma tautologia, mas

nem por isso é trivial. Vejamos agora os juízos sintéticos e vejamos se expressam conhecimento. Antes, porém, que é um juízo sintético? É aquele no qual o predicado não está contido no significado costumeiro de sujeito. É a afirmação de alguma coisa nova a respeito do sujeito em discussão. Por exemplo, o juízo: “Este relógio é amarelo”, é um juízo sintético, pois o predicado “amarelo” não é uma parte necessária ao significado do relógio. O juízo sintético reúne, portanto, duas idéias em uma relação nova. Enriquece o conhecimento, expressando uma nova descoberta. O juízo freqüentemente é chamado amplificativo. (Kant usa o termo “sintético com um significativo duplo. Usa o termo para significar a estrutura constitutiva da mente, como também usa para expressar um dos resultados da atividade mental, ou uma classe de juízos. No primeiro caso, todos os juízos, analíticos e sintéticos, são expressões da síntese”)

São todos os juízos sintéticos expressões de conhecimento? Kant responde: Não são. Ele esclarece que há duas classes de juízos sintéticos: uma a posteriori e outra a priori. Por juízos a posteriori Kant entende os juízos baseados em alguma percepção sensitiva, que são juízos particulares ou inferências de uma indução de percepção sensitiva. Por exemplo, se eu digo: “Hoje faz calor”, ou que “cisnes, quanto tenho observado, são brancos”, estou fazendo um juízo sintético. Estou ligando duas idéias numa nova relação, e estou fazendo também um juízo a posteriori, que é uma afirmação baseada na percepção sensitiva. Kant exclui estes juízos daqueles que constituem o conhecimento verdadeiro. Isto excluiria mesmo as generalizações empíricas de alta probabilidade, tais como: “O sol nasce no Oriente”. Os juízos a posteriori, ou fundados na experiência por mais certos que sejam não nos dão a certeza de conhecimento, mas apenas uma probabilidade. Os casos em que tais juízos se apresentam são sempre limitados à experiência e pode haver exceções fora da nossa observação.

A única classe de juízos que expressam conhecimento verdadeiro precisam ser, portanto, juízos sintéticos e a priori. Isto é, devem expressar alguma relação nova entre idéias, relação esta que é também universal e necessariamente verdadeira. Pelo termo “a priori” Kant quer dizer o universal e o necessário. Além disto, afirma que só o que é universal e necessário, e que nada mais, constitui conhecimento. Enfatiza que todos nós fazemos tais juízos. Quando dizemos, por exemplo, que os três

ângulos de um triângulo são iguais a dois ângulos retos, ou que todo evento tem uma causa, nós dizemos alguma coisa universal e necessária, alguma coisa não baseada na experiência ou independente dela. Ninguém admitiria que houvesse exceções nestas proposições. A questão que Kant procura responder na sua “Crítica da Razão Pura” é, então: como são possíveis os juízos sintéticos a priori? Ou, se o conhecimento consiste de juízos sintéticos a priori, sob que condições é possível, então, este conhecimento?

Para clareza, formulemos este problema de Kant de outro modo. É da natureza humana, procurar descobrir, pelo simples processo de pensar, a natureza da realidade. A escola dogmática dos racionalistas tem procurado, sem apelar para a experiência em sua ajuda, elaborar ou tirar do pensamento puro as respostas a respeito de Deus, alma, imortalidade e a natureza. Esta escola tinha afirmado que as noções claras e distintas têm uma realidade correspondente a elas e que, portanto, são reais. Os juízos formados desta maneira são analíticos a priori; mas é evidente que, ainda que tais análises do pensamento tenham uma força para o pensamento, elas não têm, necessariamente, uma realidade correspondente comprovada pela experiência. Por outro lado, as conclusões baseadas na experiência têm uma espécie de validade para o mundo real, mas elas não oferecem em si uma verdade segura sobre o mesmo, mas só a probabilidade. São juízos sintéticos e a posteriori. Se Hume está certo em dizer que são estes os únicos juízos que tratam da natureza, então não temos nenhuma verdade segura sobre esta mesma natureza. Dão generalizações que são úteis com referência ao todo, mas as suas conclusões variam entre a possibilidade e alta probabilidade, e nunca alcança uma certeza. Além do 1) conhecimento conceptual e 2) do “conhecimento de assuntos de fato”, Kant enfatizou que existe uma terceira espécie de conhecimento. É a única espécie válida. É o conhecimento baseado em juízos sintéticos a priori. Tal conhecimento surge independentemente da experiência, isto é, a priori, e mesmo assim é válido para a experiência, pode ser aplicado a ela, isto é, é sintético. A declaração de Hume de que tal conhecimento é sintético a posteriori Kant não aceita. Kant está agora, pois, na obrigação de mostrar como é possível esta terceira classe de juízos a priori e como pode o pensamento puro estar ligado à experiência.

Prova de validade do Conhecimento Humano. Se voltarmos agora a rever o que dissemos acima sobre Kant, descobriremos que ele toma a seu cargo resolver o problema: “Como podemos nós conhecer?” através de um estudo crítico das formas da razão. Descobrimos que a razão é essencialmente um poder sintetizador e que é a estrutura do mundo dos fenômenos à qual o conhecimento é limitado. Conhecimento é coisa complexa, constituído de sensações como a sua trama e de síntese como a sua urdidura. Para respondermos a pergunta: “Sob que condições é possível o conhecimento?” devemos estudar não as sensações, mas a síntese nas suas várias formas. Se Kant pode mostrar que a mente fornece o elemento a priori, isto é, as formas necessárias e universais ao conhecimento, ele afirma que provou o seu caso. Depois ele explicou porque o conhecimento humano é válido. Agora Kant procura mostrar quais são as formas especiais a priori do conhecimento e em que consiste a validade destas formas. No primeiro livro da sua “Crítica da Razão Pura”, a “Estética”, Kant toma a si a tarefa de mostrar quais são as formas a priori da matemática e como elas tornam o conhecimento válido para serem formas de síntese mental. No segundo livro da “Crítica”, a “Analítica”, Kant procura mostrar quais são as formas a priori do conhecimento da ciência física e como elas tornam a ciência física válida e objetiva. No último livro, a “Dialética”, Kant discute as formas a priori da razão e mostra por que elas não têm nenhuma validade no conhecimento científico. Só no abstrato. Estas são as três etapas em que a atividade cognitiva se desenvolve como três formas diferentes de síntese. Estas fases são: percepção, entendimento e razão. Cada fase superior tem a inferior com o seu conteúdo. Um processo do conhecimento completado envolve percepções, reproduções no entendimento, e o reconhecimento do todo por um sujeito pensante. Percepções, entendimento e razão não são atos separados, mas diferentes níveis de uma só consciência. Estas fases ou atos de cognição serão agora examinados em sua ordem sucessiva.

1 – Validade das Percepções dos Sentidos. Kant explica o seguinte: 1) A percepção dos sentidos tem o conteúdo de qualidade percebido através dos sentidos físicos, como o calor, o som etc.; e as relações de espaço e tempo. 2) Espaço e tempo originalmente pertencem ao sujeito como suas formas da percepção sensitiva e não são introduzidos de fora pela experiência. 3) Por meio do espaço e tempo o conhecimento a priori é

possível. Se há alguma validade no conhecimento perceptível, esta depende da constituição do espaço e tempo; não depende do conteúdo empírico, ou das sensações. A questão da validade da percepção sensitiva, pois, é questão de confiança nas leis da matemática.

Há dois elementos na percepção dos sentidos: Um é o necessário e constante e o outro é o mutável e accidental. Espaço e tempo são o elemento constante. São homogêneos e sempre um e o mesmo em qualidade. São unidades, pois só há um espaço e um só tempo. Os muitos espaços e tempos são apenas divisões desta unidade. Todas as diferenças no espaço e tempo são devidas à relação e aos movimentos dos corpos e não são inerentes ao espaço e tempo em si. Como se explica, então, esta unidade e homogeneidade de espaço e tempo? Explica-se presumindo que espaço e tempo são funções originais e uniformes da percepção; as formas da percepção, suas maneiras de apreensão, ou os “órgãos apreensivos da nossa sensibilidade”. São os modos em que sintetizamos as sensações no plano inferior da consciência. Se fossem dados na experiência, não há razão por que os vários espaços e tempos não deveriam ser intrinsecamente diferentes como corpos diferentes com qualidades diferentes. No entanto, sendo percebidos como sínteses mentais no plano da percepção, eles revelam a universalidade das leis de matemática. São a forma dentro da qual se verificam todas as sensações. Sendo formas imutáveis da nossa receptividade sensitiva, elas têm uma validade para a esfera toda da percepção. São universais porque uma experiência de espaço e tempo é válida para todos os espaços e tempos; são necessários porque não podemos pensar em objetos separados deles. São sínteses perceptíveis porque aumentam conhecimento. Certamente, somos inconscientes desta síntese perceptiva dos elementos sensitivos no espaço e tempo. O processo se verifica automaticamente. Podemos, no entanto, analisá-lo depois dele se verificar, e falar das sensações como os materiais do conhecimento e das formas de espaço e tempo como seus elementos a priori. Numa experiência consciente atual, porém, as sensações nunca vêm a nós em sua rudez ou condição primitiva. Nunca vêm ao entendimento a não ser que tragam a marca de espaço e tempo. O processo do conhecimento começa, portanto, com um material complexo – complexo porque foi sintetizado na subconsciência. Em outras palavras, percepções entram no processo do conhecimento com dois aspectos: 1)

Com a sua forma permanente e necessária e 2) com o seu conteúdo accidental e mutável.

2 – Validez do Entendimento Racional. Kant discute a síntese do entendimento na sua ANÁLISE, a segunda parte da sua CRÍTICA. Seu tratamento do entendimento é semelhante ao da percepção. Como já observamos, Kant considera o entendimento como o segundo estágio do processo da síntese (sintetização) completa. É a síntese num plano mais elevado do que a percepção. Realmente, a percepção é o material que o entendimento sintetiza. Como na sua “ESTÉTICA”, Kant procurou mostrar: 1) os fatores a priori do entendimento e 2) que estes fatores a priori dão ao conhecimento a sua validade. O princípio unificador da percepção é o elemento da síntese matemática; A natureza física, porém, que é o assunto de estudo do entendimento, é mais do que o elemento matemático; é mais do que um agregado de formas de espaço e tempo, é mais do que figuras e movimentos. A natureza existe como um sistema coordenado de substâncias, causas etc. As ciências naturais possuem, além da sua base matemática, um número de princípios gerais a priori para a validade de suas conclusões.

A tarefa de Kant estava apenas começada quando ele mostrou que a percepção possui os princípios sintéticos e universais de espaço e tempo. Percepção é apenas o começo do conhecimento. Não é conhecimento, mas apenas uma consciência subjetiva. Por outro lado, o entendimento é a capacidade de conhecimento. Kant, portanto, procura destacar seus elementos a priori universais e, pela presença destes, provar a sua validade.

Desde Aristóteles, os termos gerais usados no raciocínio têm sido chamados Categorias. Qualquer termo de classe ou gênero pode ser chamado “categoria”. Há algumas espécies de gêneros destacados, classes mais extensas ou classes com uma conotação mais baixa ou inferior, que tradicionalmente têm sido conhecidas como categorias, porque tudo o que pode ser afirmado em juízo deve vir sob uma ou outra delas. Aristóteles enumerou dez categorias: Substância, qualidade, quantidade, relação, espaço, tempo, posição, estado, atividade, passividade. Mas estas categorias de Aristóteles são classes de relações analíticas, como as da lógica formal. São classes de atributos e relações em que os objetos podem ser analisados. Evidentemente, não são estas que Kant está procurando. Ele está procurando categorias sintéticas ou sintetizadoras. Ele está procurando as formas ou categorias sintéticas do próprio

entendimento que transformam as percepções em objetos de conhecimento. Ele não está buscando meramente conceitos abstratos. Pois idéias tornam-se objetos de natureza somente quando são pensados como coisas possuindo qualidades universais para toda a mente humana. O entendimento faz das percepções objetos de pensamento que formam o mundo natural; e as categorias do entendimento são os princípios constituintes destes objetos. As categorias são então as formas da síntese através da qual os objetos surgem ou aparecem. A parte mais difícil da CRÍTICA de Kant é chamada a “Dedução das Categorias”, em que ele procura derivar as formas sintéticas do entendimento das várias espécies de juízo. A lista de Kant é curiosa, mas não é importante. Apenas duas destas categorias são úteis, as de substância e causa. Ele divide as categorias em quatro grupos gerais e enumera três categorias em cada grupo como seguem: 1) Categorias de Quantidade – unidade, pluralidade, totalidade; 2) Categorias de Qualidade - realidade, negação, limitação; 3) Categorias de Relação – Substância, causa, reciprocidade; 4) Categorias de Modalidade – possibilidade, existência, necessidade.

Estas categorias ocupam no entendimento o mesmo lugar que o espaço e tempo ocupam na percepção. São princípios a priori. Para elas as percepções são o material a posteriori. As categorias são puras, inatas e transcendentais independentes da experiência. Assim os objetos do entendimento contêm tanto fatores a priori como a posteriori às percepções às percepções, e são elementos (sínteses de) multiformes. Percepção sintetiza sensações, enquanto o entendimento sintetiza percepções e apresenta estas sínteses na forma de juízos.

Tendo enumerado as formas a priori do entendimento, como mostra, então, Kant que por meio destas tem validez o nosso entendimento da natureza? Tem validez porque, quando o entendimento funciona, ele atribui estas formas à percepção. As impressões permaneceriam vagas e informes se não pensássemos delas; por meio do pensamento nós unimos impressões em objetos e damos a elas uma realidade coerente. É exatamente isto o que significa entendimento. Se a natureza fosse uma coisa independente e atribuisse leis ao entendimento, essas leis nunca seriam universais e necessárias. A universalidade das leis da natureza pode ser aplicada somente supondo que o entendimento atribui as suas leis à natureza, não à natureza como uma coisa em si mesma, mas só até onde ela aparece na percepção sensitiva. O conhecimento universal e

necessário da natureza só é possível se as conexões e relações da natureza e se identificam absolutamente com os modos de pensamento. As categorias do pensamento têm, portanto, validade objetiva porque as leis do entendimento são também as leis fundamentais da natureza. O entendimento deu estas leis à natureza. Sendo o mundo um a priori e, portanto, universal e necessário, sintético e, portanto, criativo, ele consiste de objetos que estão sob as leis do conhecimento. Há tantas espécies de objetos naturais quantas são as categorias do entendimento.

Se examinarmos aquilo que chamamos do mundo da natureza, encontraremos que muitos dos seus objetos nunca têm sido percebidos. O homem tem explorado a Terra apenas em parte, e há vastas regiões no espaço que ele nunca viu. Tem visto o pólo sul e o pólo Norte apenas recentemente. O homem nunca havia visto o outro lado da Lua; e há muitas miríades de estrelas mesmo além do alcance do telescópio. Estas não são coisas perceptíveis e, no entanto, são objetos do entendimento – objetos de conhecimento. Como é possível isto? Isto não seria possível se as leis da natureza estivessem limitadas aos fatos empiricamente percebidos. É possível porque as leis do entendimento são também as leis da natureza e aplicam-se em toda parte, seja a coisa atualmente percebida ou não. A Lua deve ter, por exemplo, um outro lado porque o entendimento humano concebe todas as substâncias neste modo; a lei de causa e efeito vai além das estrelas, além do Pólo Sul embora nunca tenham sido percebidos. O mundo dos objetos físicos, ou o mundo dos objetos de conhecimento, consiste tanto de objetos possíveis como dos atualmente percebidos. Se as leis a natureza fossem prescritas à mente pela própria natureza, então o mundo dos objetos consistiria apenas dos objetos atualmente percebidos.

Vejamos, porém, o mundo da natureza um pouco mais de perto. O mundo é inteiramente uma unidade com muitíssimas coisas dentro dele. Por que é este o caso? Seria isto assim se o nosso conhecimento do mundo fosse meramente uma reprodução daquilo que o mundo nos apresentasse? Certamente não. Neste caso haveria tantos mundos diferentes quantos são os seres humanos. A totalidade, a unidade do nosso mundo de muitas coisas para muitos indivíduos indica não somente que o entendimento é a fonte das leis do mundo, mas também que as faculdades de entendimento em todos os milhões de seres humanos têm uma unidade transcendental. Conhecimento tem, portanto, uma prova mais forte de sua validade, sendo que aquilo que o conhecimento é para

um ser humano é também conhecimento para todos. Todo indivíduo é cômico do contraste entre o seu mundo subjetivo e o mundo objetivo de conhecimento em que ele participa junto com os outros homens. Suas próprias idéias têm o seu próprio movimento e não tem nenhuma validade além delas mesmas; as idéias de que ele participa com os outros são, no entanto, válidas para todos os outros porque são idéias que estão além do controle de qualquer homem como indivíduo. Cada homem individual precisa reconhecer este controle do seu conhecimento existente em alguma coisa além dele mesmo. As categorias do entendimento de cada homem cooperam exatamente com as de todo outro homem. O homem individual não está realmente cômico deste processo de cooperação na experiência, mas ele aceita a sua necessidade objetiva.

A consciência individual, portanto, não é a criatura dos objetos de conhecimento; a criadora, pelo contrário, é a consciência geral – a consciência da humanidade. Kant não é solipsista (aquele que crê que a única realidade no mundo é o eu), mas idealista. Para explicar a solidez de conhecimento humano, ele presume uma consciência mais alta, um Ser super-consciente. Kant não chama este Ser super-consciente de “alma” ou de “espírito”, mas de “Eu que penso”, ou “O ego transcendental”, ou descreve com uma frase mais tosca de “A transcendental unidade de apercepção”. Ele a contrasta de preferência com aquilo que ele chama de “o ego empírico” na base de que este é o ego sempre idêntico consigo mesmo e não do que o Ser é neste ou naquele momento particular. É antes o Ser pensante, do que o Ser pensado. O Ser super-consciente é sempre ativo em si e nunca dependente de condições empíricas. Ele deve ser aceito como postulado de todo o conhecimento. É o Ser universal e através dele as categorias do entendimento humano tornam-se universalizadas. Assim como o espaço e o tempo são as formas unificadoras da consciência sintetizada no seu plano mais rudimentar; assim como as categorias do entendimento são as formas unificadoras da consciência sintetizadora num plano mais elevado; assim deve ser postulado o Ser universal para explicar a universalidade das categorias. É um postulado apenas porque ele, não sendo conhecido na experiência ou derivado dela, é necessário para se explicar a unidade do conhecimento. Este conceito teórico de Kant sobre o Ser é muito diferente da noção tradicional da alma.

3 – Validez da Razão em si – Tem a razão em si alguma validade?

Quando Kant fala da “Crítica da Razão Pura”, ele emprega o termo “Razão” num sentido lato como a totalidade do processo de conhecimento. Na sua “Dialética”, ele trata da “Razão” num sentido restrito como se fosse uma faculdade especial como é a percepção ou o entendimento. Certamente, este é um uso embaraçoso de termos, como é o uso do termo “síntese”. Isto, porém, não deve causar dificuldades, pois os dois usos são conhecidos de antemão. Também o termo “Idéias” é usado em dois sentidos. Aqui o termo tem um sentido especial. Embora, usualmente uma idéia signifique um pensamento qualquer, aqui ela significa a forma sintética (sintetizadora) especial da faculdade da razão ou a natureza racional do homem, assim como as categorias são a forma do entendimento, e espaço e tempo a forma da percepção sensitiva. As formas sintéticas (sintetizadoras) da Razão são as três “Idéias”, a saber: Deus, a alma, e a totalidade do universo.

Qual é a função desta faculdade especial da Razão e das suas formas de Idéias? Elas representam a maneira de Kant mencionar a tendência natural da mente humana para conseguir do todo o seu conhecimento a maior unidade possível com a maior extensão possível. A Consciência ou o ser pensante é uma síntese ou conhecimento que nunca está satisfeita em ser parcial e incompleta. Percepção e entendimento nada nos dizem, por exemplo, sobre Deus, a alma, e a totalidade do universo, pois estas faculdades estão presas à experiência. No entanto, Deus, a alma, a unidade do universo são assuntos muito importantes. Razão, portanto, salta por cima das fronteiras da experiência sensível e se julga com direito para invadir o território proibido ao conhecimento racional. A Razão não está satisfeita com um conhecimento parcial e relacionado da matemática e da ciência física; antes gostaria de tratar do que não está relacionado e condicionado racional. Realmente, basta examinar as nossas próprias mentes para vermos como Kant é fiel àquilo que é fato. Descobrimos que nós mesmos não estamos satisfeitos com as coisas condicionadas, que precisam ser explicadas por meio de outras também condicionadas. Desejamos, pelo contrário, conhecer o que, em absoluto, não é condicionado; que só por si mesmo explica todas as condições. Estamos sempre procurando fazer completa a nossa síntese e dar um relato racional completo do que realmente é impossível ao nosso conhecimento objetivo.

Agora é evidente que as “idéias” da razão pura não são indispensáveis ao conhecimento no sentido em que são indispensáveis as categorias do entendimento e as formas da percepção sensível. O princípio de causa, de espaço e tempo estão presentes em todo o conhecimento. As leis físicas e matemáticas existem como fatos, e não é preciso provar a sua existência. A resposta destas leis, Kant perguntou “Como são possíveis os juízos sintéticos a priori?” Mas a respeito dos juízos da Razão ele fez uma pergunta diferente. Não perguntou: “Como são possíveis? mas são eles possíveis?”

A Razão e as suas “idéias” dão o que Kant chama de conhecimento transcendente como distinto do conhecimento transcendental do entendimento e das suas categorias. Pelo conhecimento transcendente ele quer dizer aquilo que está além da possível experiência, enquanto o conhecimento transcendental refere-se ao conhecimento dos princípios necessários à experiência ou às suas leis. Kant está disposto, no entanto, a reconhecer que as Idéias da Razão têm uso legítimo. São os “princípios reguladores” no sentido de que, mostrando as nossas limitações estes princípios mostram também que o conhecimento racional humano não é o alvo final. Seu uso ilegítimo aparece quando as apresenta como fosse um conhecimento verdadeiro. Tanto a ciência como a teologia lucrarão muito quando as “Idéias” não forem usadas ilegitimamente. Kant diz que ele destruiu “conhecimento de Deus e da alma para dar lugar à fé”.

Objetos ou Elementos Metafísicos na Epistemologia de Kant

I – Nos estados subjetivos de percepção.

Qual é o conteúdo transcendente das percepções?

- 1 – Infinitude.
- 2 – Universalidade.
- 3 – Nossa transcendência sobre o mundo exterior.
- 4 – Nossa capacidade sintetizadora e a nossa transcendência.
- 5 – Espaço e tempo conceptual.
- 6 – Nossa capacidade mental – princípio metafísico a priori.

Acima dos aspectos transitórios e limitadores do universo.

II – Objetos ou princípios na esfera do entendimento. Objeto metafísico.

- 1 – Sistema de substâncias ou coisas da natureza.
- 2 – Leis – Princípios sintetizadores a priori – leis analíticos.

- 3 – Esfera do conhecimento racional.
- 4 – Elementos metafísicos a priori são as categorias do entendimento – princípios que constituem as coisas em objetos de conhecimento.
- 5 – Categorias são as formas das sínteses dos objetos.
- 6 – Superioridade dos princípios do entendimento.

III – Objetos ou princípios na esfera da Razão Pura ou da razão em si mesma.

- 1 – Razão como racionalidade – totalidade do processo.
- 2 – Como categoria, a idéia não é sintetização.
- 3 – Idéias na epistemologia – faculdade ou natureza racional, idéia como forma de razão, buscar a unidade como totalidade.
- 4 – “Idéias” da razão não são indispensáveis. “São possíveis? Indispensáveis para finalidades também?”
- 5 – Limites ao conhecimento racional.

Na crítica do conhecimento nos seus diferentes estágios da vida mental, encontrada na epistemologia de Kant e aqui focalizada, é essencial examinar não só o processo, mas também focalizar o conteúdo implícito ou os objetos metafísicos que a vida mental busca e expressa em cada um desses estágios. Não parece fácil apreender o processo da aquisição do conhecimento sem relacionar simultaneamente este mesmo processo com a natureza dos seus objetos. Kant no seu sistema, não chegou a estabelecer, por qualquer motivo, uma ligação objetiva e coerente entre a sua “Crítica da Razão Pura” e a “Crítica da Razão Prática”, embora tivesse intenção de fazê-lo e possuísse elementos para tanto. Cabe, portanto, ao leitor da sua obra tentar reunir estes elementos em uma unidade lógica e progressiva para tornar o seu sistema completo. Depois do exame da sua “Crítica”, apenas como processo de conhecimento, pois, será útil procurar destacar os elementos ou objetos metafísicos, implícitos na sua Crítica, para indicar a possível ligação ou a relação entre a sua “Razão Pura” e a “Razão Prática”, usando seus próprios materiais em uma seqüência progressiva como esta, por exemplo: Epistemologia, como simples processo de conhecimento; Metafísica, como conteúdo objetivo deste mesmo conhecimento e a Ética, como conhecimento pessoal completo e final. Procuraremos, então, abordar estes elementos metafísicos.

1 – Os elementos ou princípios metafísicos de conhecimento na esfera dos estados subjetivos da percepção. Perguntemos: Qual é o significado ou conteúdo transcendente do mundo exterior para nós, recebido através das sensações e percepções? No processo cognitivo da nossa mente percebemos que a experiência sensitiva ou exterior é condicionada, limitada, complexa e nem constitui conhecimento. Na exposição de Kant vimos que as nossas percepções tornam-se objetos de conhecimento ou são apreendidas por nós só mediante a atuação das categorias a priori de espaço e tempo, que são funções originais e uniformes da percepção. Na experiência sensitiva só percebemos fenômenos e limitações da nossa percepção. Kant deixa claro que nas experiências sensitivas se expressam também as nossas próprias categorias a priori de infinitude e universalidade. Embora o mundo exterior nos condicione à experiência sensitiva, na nossa atividade sensitiva nós realmente o transcendemos. Sendo formas imutáveis da percepção, as sensações, certamente têm validade na esfera total da percepção, que será estudada mais adiante. Destacamos aqui apenas que a nossa capacidade sintetizadora daquilo que é transitório ou fenomenal, só atua na base da nossa própria transcendência, ou da nossa capacidade não condicionada e ilimitada. O espaço e tempo perceptual leva-nos a criar ou descobrir espontaneamente em nós o espaço e tempo conceptual, independente e ilimitado. Através das percepções, descobrimos, então, em nós o princípio metafísico a priori que é a própria capacidade da nossa mente que transcende os fenômenos, ou aspectos transitórios e limitados do universo objetivo que percebemos através das sensações. Neste estágio inicial da vida mental não podemos entender ainda certamente como é que o espaço e tempo perceptual é transcendido pelo espaço e tempo conceptual como categoria a priori e experiência universal. Neste estágio inicial sabemos, no entanto, que a mente transcende as limitações condicionadas pelos fenômenos da experiência sensitiva. Na esfera das sensações distinguimos, pois, entre a capacidade perceptiva da mente e as coisas percebidas.

2 – Elementos ou princípios metafísicos na esfera do entendimento. No sistema de Kant esta segunda esfera do conhecimento apresenta-se como a esfera do conhecimento apresenta-se como a esfera de sintetização mais alta do que a das percepções. Quais são, então, os elementos metafísicos ou a priori do entendimento que garantem a

validez do seu conhecimento? Nesta esfera o princípio sintetizador é mais completo do que o princípio da matemática nas percepções. No entendimento o objeto metafísico é um sistema de substância ou coisas da natureza, causas, leis etc., baseadas em um número de princípios que sintetizamos a priori. Nas percepções está apenas o começo do conhecimento, com já vimos, mas não o próprio conhecimento, pois consiste ou está limitado só a estados subjetivos.

O entendimento, porém, junto com os estados subjetivos das percepções, constitui a esfera do conhecimento racional. Kant destaca os seus elementos a priori e universais desta esfera que são as categorias e que formam seus elementos metafísicos, ou classes de relações analíticas em que os objetos podem ser analisados. Quais são, então, as formas sintetizadoras do entendimento que transformam as coisas em objetos de conhecimentos? São as categorias do próprio entendimento em si que são também os princípios que constituem as coisas em objetos deste conhecimento. As categorias são as formas relacionadoras das sínteses objetivos. São os princípios a priori, dos quais as percepções são a posteriori, o elemento básico do entendimento. As categorias são as formas relacionadoras das sínteses desses objetos. São os princípios a priori, dos quais as percepções são a posteriori o elemento básico do entendimento. As categorias são as formas a priori e as leis universais. O entendimento prescreve as leis à natureza até onde esta aparece em percepções sensitivas. O conhecimento universal e necessário só se torna possível quando as conexões e relações externas são absolutamente idênticas aos processos subjetivos do pensamento.

A natureza metafísica das categorias do entendimento. Para Aristóteles, as categorias mentais expressam classes de relações analíticas, assim como são tratadas na lógica formal. São classes de atributos e relações em que os objetos do entendimento podem ser analisados. Não são estas, porém, as categorias que Kant está buscando. Ele está buscando as categorias sintéticas ou as formas do próprio entendimento em si, que transformam percepções em objetos de conhecimento. Para Kant as categorias não são apenas conceitos abstratos de objetos, pois as idéias só se formam objetos da natureza quando são consideradas como coisas tendo qualidades universais para toda a mente humana. No entendimento a mente cria das percepções os objetos do pensamento que formam o mundo da natureza. Para Kant as categorias

são também os princípios constituintes destes objetos. São as formas relacionadas em síntese através da qual estes objetos surgem. A parte mais difícil na Crítica de Kant é a chamada “dedução das categorias”. Kant procura derivar as formas sintéticas do entendimento das várias espécies de juízo. Ele divide as categorias em quatro grupos gerais, referidos anteriormente, que são princípios a priori, puros, abstratos e transcendentais. São a própria natureza subjetiva do entendimento. Os objetos do entendimento contêm, pois, elementos a priori e a posteriori; são sínteses do que é multiforme. Percepção sintetiza sensações; entendimento sintetiza percepções e apresenta a síntese em forma de juízo. Agora como é que Kant mostra através das formas a priori do entendimento, que o nosso conhecimento da natureza física tem validade? As categorias do entendimento têm validade objetiva porque as leis do entendimento são também as leis fundamentais da natureza e porque, quando o entendimento funciona, atribui estas formas à percepção. Há tantas espécies de objetos da natureza quantas são as categorias do nosso entendimento. As leis da natureza, pois, são realidades metafísicas. Na base destas entendemos as coisas mesmo independentemente da experiência sensitiva. O entendimento da unidade do mundo composto de coisas individuais, por exemplo, indica não somente que o entendimento é a fonte das leis do mundo, mas também indica que a faculdade do entendimento de todos os seres humanos tem uma unidade transcendental. O que é objeto de conhecimento para um indivíduo, por exemplo, é também para os outros e ele está cômico da sua participação naquilo que é de todos. Ao mesmo tempo o indivíduo está cômico também do contraste entre o seu próprio mundo subjetivo e o mundo objetivo do seu conhecimento em que ele participa junto com os outros. As suas idéias, que tem validade junto com as dos outros, estão acima do seu próprio controle e de qualquer outro homem como indivíduo. Este é um princípio metafísico ou a priori que o homem aceita como realidade axiomática e necessidade racional.

Para Kant a criadora dos objetos de conhecimento racional, pois, não é a consciência do indivíduo, mas sim a consciência da humanidade toda. Isto leva-o a presumir a existência de uma consciência mais alta, ou um ser super-consciente, uma alma, um ego empírico idêntico consigo mesmo, ativo e autônomo. Esta pressuposição, porém, não é a posteriori, ou uma indução, mas a priori ou metafísica e axiomática. Através desta

super-consciência universal as categorias do entendimento são universalizadas e tornam-se válidas.

3 – Princípios metafísicos na própria Razão Pura ou em Si mesma. Quando Kant fala do processo do conhecimento na sua “Crítica da Razão Pura”, ele emprega o termo “razão” não apenas como raciocínio, mas também no sentido da totalidade do processo de conhecimento que transcende o entendimento. Na sua “Dialética”, porém, ele usa o termo no sentido restrito, relacionado com a percepção e entendimento. Kant usa também o termo “Idéia” em dois sentidos. Geralmente o termo refere-se a um conceito definido do pensamento comum. Aqui, na sua epistemologia, porém, Kant usa a “Idéia” para expressar a forma sintética (ou sintetizadora) especial da razão como a própria faculdade ou natureza racional do homem. Assim como as categorias são formas sintéticas da percepção e do entendimento, assim também as “Idéias” da totalidade do universo, da alma e de Deus são as categorias ou formas sintetizadoras ou princípios da razão pura. A razão e as idéias como suas formas tem por finalidade estabelecer no conhecimento a maior unidade e extensão possível. A razão em si ou como a natureza racional busca completar o que a percepção e o entendimento não completam, pois estas não falam do universo como totalidade, da alma, nem de Deus. A razão procura transcender, pois, as fronteiras limitadas da experiência sensitiva e do entendimento racional. A experiência, ou o conhecimento racional, pois, por estar condicionado e limitado, não pode formar uma síntese completa do conhecimento como totalidade.

As idéias da razão não são indispensáveis ao conhecimento no sentido em que as categorias e o são ao entendimento e à percepção. Em relação a estas Kant pergunta: “Como são possíveis os juízos sintéticos a priori?”, mas em relação aos juízos da razão ele pergunta uma coisa diferente, a saber: “São eles possíveis?”

A razão com as idéias ou categorias dá-nos o conhecimento transcendente, que é distinto do conhecimento transcendental do entendimento e das suas categorias. O conhecimento transcendente é aquele que está além da possível experiência; o conhecimento transcendental refere-se aos princípios racionais que são necessários à experiência. As idéias da razão em si são princípios reguladores do conhecimento racional. Mostram os seus limites e o fato de que este conhecimento não é o ideal. Para Kant o uso do conhecimento racional é

ilegítimo quando considerado como fosse o conhecimento final. Neste caso impede, por exemplo, o conhecimento de Deus e daquilo que é transcendente. No terreno da razão ou da racionalidade, a metafísica estabelece os limites do conhecimento racional e do seu conteúdo que está condicionado à experiência sensitiva, e abre o caminho para o conhecimento do que é transcendente ou além ou independente da experiência objetiva.

Bases na Epistemologia de Kant Para Relacionar a Metafísica com a Moral e Ética. A definição dos elementos metafísicos implícitos na epistemologia de Kant oferece bases para podermos compreender os problemas relacionados com assuntos metafísicos. Os problemas aqui referidos evidentemente não são os do campo da ciência, mas são despertados pela ciência e para os quais a ciência não pode oferecer solução. São os problemas relacionados, por exemplo, com a finalidade do universo físico em si, com a moral, religião e outros que, no entanto, não deixam de ser também de interesse para a ciência. São problemas que não surgem de assuntos metafísicos, como isto pode parecer, mas sim da falta da definição dos diferentes tipos de conhecimento dos quais estes assuntos são objetos. A ciência, por exemplo, por estar limitada à experiência física, não pode tratar de problemas que são metafísicos e que dependem da síntese do conhecimento completo, tanto racional como transcendente. A definição do processo, do conhecimento, dos seus objetos e de suas limitações, pois, é essencial para uma interpretação da realidade que satisfaça a razão e a racionalidade do homem.

1 – Vejamos agora em primeiro lugar o problema metafísico relacionado com o universo físico como um todo, a sua origem, natureza e significado. Este é o campo imediato da atividade especulativa e científica da mente humana. A ciência estuda só os fenômenos da experiência sensitiva, suas causas, leis e efeitos imediatos. No entanto a ciência desperta também o interesse da mente com referência aos aspectos metafísicos deste mesmo universo que transcendem à própria ciência. Embora Kant afirmasse que o conhecimento científico está limitado à experiência física ou ao raciocínio objetivo, ele afirmou também que a mente humana, na base da sua própria capacidade intuitiva e das categorias a priori, pergunta, por exemplo, se o universo teve a sua origem no tempo e espaço ou se é eterno. Em face da sua própria

natureza, a ciência não pode dar nenhuma resposta a esta pergunta, nem positiva nem negativa. O seu conhecimento está limitado à experiência e às leis físicas. Qualquer pronunciamento da ciência sobre o assunto, para ser válido para ela mesma, precisaria ser provado pela experiência o que estaria fora do campo do assunto em foco. A ciência só trata daquilo que é imediato e não do que é transcendente. Daí a possibilidade de surgirem antinomias em relação a qualquer tentativa da ciência para dar qualquer resposta fora do seu campo, pois nenhuma resposta poderia ser provada pela experiência ou pelo seu critério e, portanto, precisaria ser considerada como falsa pelo critério científico.

Pela mesma circunstância, a ciência não pode dar nenhuma interpretação metafísica de qualquer elemento presente no universo físico como seja, por exemplo, matéria, vida, força, movimento, leis etc. A ciência só trata de fenômenos, causas, leis e efeitos imediatos. Para a ciência, o universo no seu todo ou em qualquer aspecto particular ou elemento constituinte seu, é uma realidade fenomenal, relacionada e limitada à experiência ou a leis físicas. Isto não impede, porém, que a mente humana, com as suas capacitações metafísicas ou a priori, busque e interprete significados que estão além dos limites da ciência. Se as idéias da razão são aplicadas apenas ao mundo de fenômenos, envolvem uma contradição inexplicável. A idéia de livre vontade e de um ser não condicionado, por exemplo, pode ser aplicada ao mundo dos nômênos. Enquanto a idéia de necessidade e de um ser condicionado só pode ser aplicada ao mundo dos fenômenos.

2 – Vejamos agora como, partindo da síntese das percepções e do entendimento baseada nos princípios a priori de espaço e tempo e nas categorias mentais, enunciadas na epistemologia de Kant, podemos abordar o problema do conhecimento da existência e natureza da alma. A existência da alma e sua natureza não precisam ser consideradas como objetos pressupostos ou dogmáticos, mas como realidade relacionada com o próprio processo ou capacitação de conhecimento. Para evitar pressuposições dogmáticas basta distinguir entre o conhecimento da alma como uma realidade objetiva e o conhecimento da mesma alma ou do nosso próprio ego como realidade subjetiva ou espiritual. No primeiro caso, certamente não temos conhecimento da alma em si, mas somente o das suas manifestações externas como fenômenos. A alma em si, porém, não é fenomenal. Portanto não podemos conhecê-la objetiva ou

cientificamente. Também, se o conhecimento é sintetização de percepções ou daquilo que é multiforme, como poderiam os racionalistas atribuir à alma as qualidades de simplicidade e imortalidade, por exemplo? Na base do entendimento racional isto é impossível. Por outro lado, também não poderíamos ter conhecimento objetivo da alma ou de nós mesmos como fôssemos sujeito e objeto do nosso conhecimento ao mesmo tempo. Também nesta hipótese estaríamos limitados às manifestações externas e não teríamos conhecimento da realidade subjetiva. Segundo Kant, portanto, não podemos conhecer a realidade em si pelo processo lógico da razão.

Na epistemologia de Kant, pois, a alma aparentemente está excluída da possibilidade de ser objeto de conhecimento. No seu sistema, o conceito racionalista da alma como um ser simples e imortal, por exemplo, torná-la-ia em um objeto impossível do conhecimento racional para o qual o objeto não é simples como isto se verifica no entendimento onde o objeto é unidade ou síntese do que é multiforme.

O problema do conhecimento da alma, porém, torna-se claro e mesmo resolvido quando distinguimos entre o conhecimento fenomenal que é limitado à experiência sensível e o conhecimento como a própria cognição mental, que sintetiza percepções, mas que não pode ser objeto do seu próprio conhecimento. Também neste caso ela não precisa ser objeto, pois é a própria mente ou o ego que atua a priori e cômico de si mesmo como agente. O conhecimento do ego de si mesmo não é objetivo, mas é a sua própria afirmação como unidade ou realidade e não como síntese. O ego transcendente que age não precisa postular a si mesmo nem ser postulado. Basta a sua própria afirmação. O conhecimento que a alma ou o ego tem de si é imediato e não depende da síntese de percepções, nem de postulados, conclusões ou provas científicas. Mas é a sua própria afirmação subjetiva que é superior a qualquer síntese ou ação externa. Quando o ego diz, por exemplo: “eu penso” ou “eu sei”, afirma a priori a sua própria existência, unidade e atividade e não uma síntese a posteriori. As expressões externas do ego podem mudar, mas não o ego ou o “eu”, que não é objeto, mas é o sujeito, a realidade independente da experiência ou do entendimento racional. A consciência própria vale para o ego mais do que qualquer prova externa, pois essa seria apenas fenomenal e não a afirmação do próprio ser.

Quando Kant nega que tenhamos conhecimento direto de nós mesmos, ele não define este conhecimento também aparentemente não

faz distinção entre o sujeito e o objeto deste mesmo conhecimento, o que pode causar problema na sua epistemologia. Mas parece evidente que ele fala do conhecimento baseado em percepções externas e da alma como o ego cômico de si mesmo que a priori sintetiza suas percepções e forma juízos. Com esta conceituação, certamente a alma é excluída da capacidade de ser objeto de um conhecimento que é uma síntese. A função ou a capacidade sintetizadora da alma não é objeto do seu conhecimento, pois é o próprio sujeito desse conhecimento. Kant certamente percebe o problema e enfatiza que devemos distinguir entre o ego empírico e o ego transcendental, mas só com esta conceituação ele não resolve o problema. Este ego precisa ser definido não como ego transcendental ou necessário à experiência, mas sim como o ego transcendente, independente da experiência. Este ego não pode ser conceituado como síntese da experiência, mas é o ego cômico de si mesmo como unidade imutável e imortal, e cômico também das suas experiências externas mutáveis que podem ser postuladas, mas que não são idênticas ao próprio ego em si. O conhecimento mutável, que o ego tem de si ou das suas expressões externas, não é idêntico à consciência que o ego tem da sua existência e de si mesmo. Mediante estas distinções entre os tipos de conhecimento e entre o sujeito do objeto deste mesmo conhecimento, a epistemologia de Kant abre-nos o caminho para a solução do problema do conhecimento da alma ou do nosso ego.

3 – A idéia de Deus para Kant não pode ser demonstrada pelo raciocínio. Com isto, porém, ele não nega o fato de que Deus existe. Afirma, apenas, que não podemos tomá-lo como objeto de conhecimento racional. Para Kant a idéia de Deus é uma necessidade da razão para a sua unidade perfeita. Num dos seus escritos mais antigos, Kant tinha estabelecido um conceito de Deus, que aparece também na sua CRÍTICA. Diz ele que a idéia de Deus como conceito puro é construída como a soma total da realidade, o Ens Realíssimos, que inclui em si todas as qualidades finitas para que estas não o limitem. É a causa primeira da possibilidade da existência toda. Agora, pode tal idéia ter validade objetiva? Não. A idéia de uma soma total daquilo que é concebível não é objeto da experiência possível. Só as coisas particulares ou fenômenos são realidades para nós. Deus como a totalidade transcendente de coisas particulares pode ter apenas uma realidade conceptual de validade para o

pensamento. O que é total tem a realidade que qualquer idéia tem. Este é o criticismo geral de Kant da idéia dialética de Deus.

Tendo, porém, o conceito geral de Deus exercido uma influência tão importante na filosofia tradicional, Kant sentiu ser necessário examinar as três provas intelectuais favoráveis à existência de Deus para mostrar a sua falsidade. Ele considera primeiro a prova ontológica da existência de Deus formulada por Anselmo e que tem sido aceita pelos racionalistas. O argumento ontológico diz que a idéia de Deus é a idéia de um ser perfeito. Um ser não seria perfeito se não existisse. Portanto, a idéia de um Ser perfeito deve incluir a qualidade “existência” entre os seus predicados. A essência de Deus deve incluir a sua existência, pois a realidade do Ens Realíssimos não pode ser pensada. Kant responde assim: “O Ser não é um predicado real”. Não é uma qualidade como é, por exemplo, o amor, poder, ou bondade, que nada acrescenta ao conteúdo do sujeito. Por exemplo, “Cem dólares não contem nenhum conteúdo mais do que os cem dólares possíveis ou conceptuais”. Não podemos raciocinar partindo do conceito do atual para provar a sua existência. A única prova da atualidade é percepção.

Em segundo lugar, Kant examina a prova cosmológica. É um argumento que parte da existência de fenômenos contingentes para a existência de uma realidade não condicionada. Deve haver alguma coisa não causada dos fenômenos causados existentes. A resposta de Kant a este argumento é: Causa não tem nenhum significado se aplicada além dos limites da experiência. Dentro da experiência todas as causas são os resultados de causas e uma causa não causada, portanto, é contradição de termos. Toda causa existente é contingente. Um ser necessário pode ser apenas um pensamento e não seria potente. Não seria tão potente quanto é um grande ser finito que tivesse existência.

Em terceiro lugar, Kant critica o argumento físico-teleológico. Este argumento baseia-se na inferência de que um desígnio inteligente encontrado na natureza implica um planejador inteligente desta mesma natureza. Kant responde: Mesmo admitindo que o mundo exhibe o desígnio de beleza, bondade e propósito na sua estrutura, tal mundo belo, bom e cheio de propósito, porém, provaria a existência de um arquiteto e não a existência de um criador. Kant salienta, todavia, que esta prova é a mais antiga, a mais clara, e a mais popular, e que por isso mercê ser

tratada com respeito. A maravilha e magnificência da natureza deve libertar o homem da opressão de qualquer argumento sutil contrário ao significado da natureza. No entanto, Kant sente que esta prova não tem força intelectual, pois é possível que a natureza esteja atuando livremente e tenha poder dentro de si mesma.

A conclusão da DIALÉTICA, em que a Razão, através das suas idéias, tenta ir além da experiência, é que tal especulação nunca tem aumentado o nosso conhecimento. O simples pensamento conceptual não pode ser o conhecimento da realidade do mundo como unidade, da alma e de Deus. Ainda mais, as idéias da razão são parte integrante da mente humana e devem ter a sua finalidade. Elas não podem ser verificadas pela experiência na qual somente está a verdade, mas podem orientar a experiência. As idéias são “reguladoras” no sentido de que a nossa experiência é melhor governada se agimos como se alma existisse, como se Deus existisse, e como se o mundo fosse uma totalidade de coisas relacionadas. Além disto, enquanto a especulação não pode racionalmente provar a existência de Deus, a imortalidade da alma e a liberdade da vontade, a especulação ateísta também é incapaz de provar o contrário destas proposições todas. As idéias da razão abrem o caminho para a fé baseada na moralidade.

Conclusão - A CRÍTICA DA RAZÃO PURA é o que o nome indica — é o criticismo dos nossos poderes mentais conscientes. Põe em evidência a extensão e os limites do nosso conhecimento. Num sentido, a crítica é construtiva, pois desfaz o ceticismo, concluindo que o conhecimento racional em validade dentro dos seus próprios limites. Em outro sentido, a crítica é destrutiva, pois mostra ao dogmatismo quão fútil é o nosso esforço intelectual para explorar muitas regiões que têm sido consideradas como a esfera própria de conhecimento. Nenhum conhecimento transcendente é possível; não há conhecimento racional além dos limites da experiência. Experiência prende a si os nossos poderes mentais e é fronteira do entendimento racional. A realidade, as coisas em si são desconhecidas e incognoscíveis ao raciocínio. O conhecimento transcendental, porém, é possível. Na experiência há fatores transcendentais que, de um lado transformam sensações em fenômenos, e que, de outro lado, dão a estes mesmos fenômenos uma validade que é para a humanidade toda. Estes fatores transcendentais

tornam o conhecimento digno de confiança, mas nada acrescentam ao seu conteúdo. Devido a estes fatores transcendentais podemos ser eticamente racionais de uns para com os outros e como pessoas e membros da humanidade. O valor do conhecimento racional assim não fica diminuído, mas definido. O nosso mundo de existência fenomenal fica agora adequadamente avaliado como um mundo de realidade relativa. Está colocado na sua própria perspectiva. É visto ser a nossa própria interpretação do que é de fato real. Isto é muito importante, pois, embora a forma restrita dos nossos poderes mentais nos impeça de conhecer a realidade em si, podemos, no entanto, pensar dela. A pura intelecção da realidade tem valor, se os seus conteúdos de algum outro modo podem ser garantidos. Kant agora mostra que esta certeza acha-se na vontade moral.

Problema da Crítica da Razão Prática. - A Ética de Kant.

- 1 – Análise da Vontade;
- 2 – Distinguir entre as leis da razão e as leis da vontade.
- 3 – Exemplificação: o céu estrelado acima de nós e a lei moral dentro de nós.
- 4 – “Metafísica” de moralidade: leis, processos, funções, escopo de vontade.

I Espontaneidade da razão é idêntica à liberdade.

- 1 – O valor da vida humana está na sua espontaneidade.
- 2 – Idéia de liberdade na sociedade, igreja, na educação.
- 3 – Para Kant a Ética é um sistema de leis da razão pura.
- 4 – Para serem válidas, estas leis precisam ser a priori, derivar da própria Razão, sintéticas aplicáveis à experiência.

II Fundamentos diferentes.

- 1 – O fundamento da Razão Pura é objetivo, à experiência.
- 2 – O fundamento da Razão Prática é subjetivo, absoluto, não depende da experiência.
- 3 – Representam dois mundos: dos fenômenos e da validade.
- 4 – Razão Pura é transcendental: prática é transcendente.

5 – Razão prática oferece certeza absoluta do conhecimento, na base de juízos sintéticos a priori.

“Duas coisas enchem a mente com uma nova e sempre crescente admiração e temor quanto mais freqüente e longamente refletimos sobre elas: o céu estrelado acima de nós e a lei moral dentro de nós”. Nesta frase clássica Kant mostrou que ele não tinha nenhum desejo de humilhar a razão teórica ou o entendimento racional. Estava apenas colocando o entendimento no seu devido lugar entre as capacidades do homem a fim de que ela pudesse cumprir a sua própria tarefa mais eficientemente. O mundo da moralidade e o céu estrelado impressionaram Kant igualmente. Ele não queria que o entendimento corresse atrás de fogos-fátuos da vontade. Depois de criticar o entendimento dirigiu-se para a vontade, que ele chama de razão prática, e criticou as suas funções e escopo. A doutrina da ética de Kant aparece nas suas obras: “METAFÍSICA DA MORALIDADE” e na “RAZÃO PRÁTICA”. A sua educação inicial pietista, leitura de Rousseau, o estudo dos moralistas ingleses influenciaram a sua teoria da moral, enquanto as suas pesquisas na história da civilização, sua filosofia teoria e análise independente do sentimento ético, determinaram a diretriz do seu desenvolvimento ético. O mundo da moralidade é primário para Kant. Na sua teoria é o mundo real, pois comparou a ele o mundo dos fenômenos científicos, o mundo da razão teórica é relativo.

Na sua teoria da moral, a idéia central de Kant é que a espontaneidade da razão é idêntica à liberdade. A sua teoria se opõe ao Hedonismo (prazer). O valor da vida humana depende do que ele faz espontaneamente e não do que acontece com ele. A idéia da liberdade é o pensamento central na discussão de Kant sobre a sociedade. Na sua teoria de governo, por exemplo, a república deve ser preferida à monarquia por causa da oportunidade que aquela oferece à liberdade espontânea dos cidadãos. Na religião, de acordo com Kant, a verdadeira igreja compõe-se de pessoas livres que adoram a Deus livremente; na educação, a atividade própria é o único princípio ou motivo do crescimento. Para Kant, a Ética é um sistema de leis da liberdade da razão pura. Para ter validade real na ética essas leis devem ser a priori como na ciência e ser derivadas da própria razão, deve ser sintéticas, a priori aplicáveis à experiência, assim como é a priori a síntese do conhecimento racional.

No entanto, é exatamente neste ponto que se verifica a diferença entre o fundamento da ciência e o da moral; entre a razão pura objetiva e a razão prática subjetiva. Na forma do conhecimento racional, a razão pura está restrita à experiência. Se o entendimento está sem o conteúdo da experiência, ele é vazio e inútil. Por outro lado, porém, a razão prática não precisa de nenhum conteúdo da experiência objetiva. Ela é suficiente em si mesma. Não precisa ser obedecida em lugar nenhum, nem precisa ter conteúdo concreto algum no mundo fenomenal. A Razão prática não se refere àquilo que existe, mas ao que deve ser. O mundo da moral e o mundo dos fenômenos são dois mundos diferentes. O mundo da moral é a realidade subjetiva absoluta, enquanto o mundo do conhecimento externo é apenas relativo. O mundo da moralidade é o não-condicionado, enquanto o mundo do entendimento é condicionado pela experiência. A moral aplica-se não somente a seres humanos, mas a todos os seres racionais que existam. O conhecimento racional, no entanto, pertence somente a seres humanos. A lei moral não tem a sua sede naquilo que é empírico, mas no transcendente, é o mundo inteligível, o que para o conhecimento racional seria o mundo das coisas em si se este conhecimento não estivesse limitado à experiência.

A lei moral e as duas questões a ela relacionadas. As questões da CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA são as mesmas da DIALÉTICA: 1) Existe alguma síntese a priori? que não é questão da ANALÍTICA pois esta diz: Como é possível uma síntese a priori? 2) Pode o homem ser moral e ser também parte do mundo dos fenômenos e da necessidade? Vamos examinar agora o primeiro destes problemas: Se a vontade tem validade, ela deve expressar algum princípio universal e necessário. Podemos nós, então, encontrar algum princípio universal e necessário a priori em nossa experiência?

1 – A primeira questão referente à lei moral. Se examinarmos a nossa consciência, encontraremos nela duas classes de motivações a ação. As primeiras são chamadas inclinações ou impulsos. Podemos querer porque desejamos receber alguma coisa para nosso uso, prazer, aperfeiçoamento etc. Tal ato da vontade do objeto que a despertou. Tal ato de vontade não seria um exemplo para mais ninguém, pois as circunstâncias, que o despertaram, provavelmente seriam diferentes em cada caso ou indivíduo. Por exemplo, não há consenso nenhum entre os

homens individuais quanto ao prazer; o que agrada a um desagrada ao outro. O mesmo é verdade também a respeito do objeto de uso ou ambição. Aqui o juízo não nos ajuda ao fazermos a nossa escolha, pois as pessoas que são as mais exigentes frequentemente são as mais infelizes e inúteis. Todas as coisas desejadas são realmente bens ou boas, mas são boas ou bens para o momento; bens que dependem de alguma coisa mais, e não são bens em si mesmos. São finalidades legítimas, mas são tão transitórias que não podem ser válidas. É evidente que, quando a vontade é governada pela inclinação, é governada por uma necessidade empírica ou a posteriori e não por um princípio necessário ou a priori. A tais princípios empíricos Kant chama de imperativos hipotéticos.

Vejam agora a razão em si mesma para ver se o princípio da sua prática está nela, pois é certo que, entre os impulsos, não encontramos o princípio de validade universal para a nossa vontade. A razão pura é uma síntese espontânea. É fato que qualquer pessoa pode verificar se examinar a sua consciência – que o homem pode querer, partindo da razão. A vontade pode ser impulsionada de dentro, e não precisa ser forçada de fora. A vontade pode ser um imperativo em si mesma, porque é razoável atuar porque esta é a função da razão. A vontade, então, é expressão da razão. É a razão expressa na prática. A vontade é não-condicionada e livre porque é a própria razão não-condicionada agindo. Portanto, é autônoma. Então a vontade tem validade porque a razão é universal e necessária. Este tipo de querer Kant chama de imperativo categórico. É a lei moral; é uma lei para si mesma; é a única base para a moralidade porque a razão é universalmente válida.

O imperativo categórico é único. Nada há semelhante a ele na natureza humana. É o querer que em validade absoluta, e assim é porque é o único a ter a si mesmo para a sua própria finalidade. Pode-se dizer que a consciência é a sua própria expressão no indivíduo. Kant formula, então, o mandamento válido da lei moral: “Agi assim como se a regra, pela qual agis, precisasse ser através da vossa vontade, a lei universal da natureza. Os vários mandamentos da moralidade, tais como: “Não mentirás” ocupam para a vontade ou indivíduo a mesma posição que as categorias ocupam para o entendimento. São as formas da vontade moral. Os atos devem vir de máximas e não de impulsos e as máximas morais são apropriadas para todos os seres, que agem moralmente. Um determinado ato torna-se bom porque a lei moral, que o inspirou, é boa. No entanto,

nada no mundo, nem mesmo fora dele, pode ser imaginado e chamado bom incondicionalmente exceto uma boa vontade. Virtudes ou formas podem ser boas e desejáveis; podem ser também más e prejudiciais, se não expressam a vontade moral.

2 – Segunda questão referente à lei moral. Esta leva-nos a buscar uma resposta para a questão: Como pode este princípio universal tornar-se efetivo na vida humana? De que utilidade é para o homem um princípio tão formal que, se as inclinações cooperam com ele, o ato deixa de ser moral? A lei moral não é apenas transcendental, mas é transcendente, pois não tem a experiência como conteúdo. Ela mesma é seu próprio conteúdo. É independente de toda a experiência de três maneiras: 1) Na origem, contém apenas um princípio formal; 2) No conteúdo, contém apenas um princípio formal como conteúdo; 3) Na validade, não se preocupa quanto a ser ou não ser obedecida por outros. Declara o que deve ser, mesmo se isto nunca é feito. A questão sempre surge sobre a Ética de Kant: De que utilidade é um princípio tão formal e remoto? A moralidade verifica-se no mundo da experiência; e aqui o princípio da moral de Kant está existindo no mundo da realidade não condicionada. Da utilidade deste princípio a explicação de Kant, para Cushman, não é inteiramente satisfatória. A sua ética é fundamentalmente um rigorismo de que é incapaz de escapar. Dever e inclinação estão em antagonismo. Só aqueles atos da vontade são morais que são morais que são praticados exclusivamente pelo sentimento de dever. As inclinações em si mesmas são indiferentes. Quando elas se opõem à vontade moral, tornam-se más; só tem valor ético quando são inspiradas pela vontade moral. Ação moral, portanto, é delimitada àquilo em que o imperativo do dever está conscientemente superior e a tudo. “Os amigos a quem amo, alegremente eu sirvo; a isto, porém a inclinação me obrigou; sou forçado assim a me desviar da virtude, pois o meu ato, através da minha afeição, me deleita. Os amigos a quem tu amas, tu deves primeiro buscar escarnecer, pois para nenhum outro caminho posso guiar-te; é somente com desgosto que tu podes devidamente praticar os atos aos quais o dever te conduz.” (Poema de Shiller, citado por Falckenberg).

Postulados moral. A teoria ética de Kant afasta-nos do mundo dos fenômenos ao invés de nos aproximar. Certamente, as inclinações naturais assumem o colorido da lei moral quando são por ela inspirados;

mas a lei moral fala-nos antes do mundo da realidade do que do mundo dos fenômenos. A lei moral mostra ao homem que ele é residente mais do mundo da realidade do que do mundo dos fenômenos. A natureza do homem é dual. Dos seus dois lados – o teórico e o moral, o mundo moral é primário. Fundamentalmente, o homem primeiro é mais um agente voluntário do que um ser pensante. É um ser a ação fenomenal, preso às leis da necessidade natural; mas é também um ser real, não condicionado, pois a sua razão não condicionada expressa o seu ser real. O que estava implícito na CRÍTICA DA RAZÃO PURA de Kant, torna-se explícito na sua CRÍTICA DA RAZÃO PRÁTICA. O entendimento desperta a atenção para aquilo que a vontade torna claro. Conhecimento humano é uma mistura, composta de entendimento transcendente e das sensações empíricas. O conhecimento de Deus deve ser o entendimento puro; o conhecimento dos brutos é sensações puras. A moralidade humana contém, no entanto, um dualismo; pois a moralidade prática do homem consiste da lei moral formal que está inspirando as sensibilidades embora não alertando a atenção para elas. A vontade como a razão pura, é a atividade de Deus; a vontade, como impulsos puros é atividade dos brutos. Mas a verdadeira esfera do homem é este mundo da razão em que ele é um com Deus, embora, ao nosso tempo, esteja embaraçado por fazer parte do mundo dos fenômenos.

1 – Postulado de liberdade. A lei moral não condicionada é a base da liberdade que todo o conhecimento científico busca em vão. A vontade não condicionada é uma vontade livre. A vontade baseada na razão baseia-se em si mesma, portanto, é livre. O conhecimento da lei moral dentro de nós implica a liberdade do seu exercício. O dizer “eu devo” implica no “eu posso”. Não podemos ter nenhum conhecimento racional de liberdade, pois aos olhos do entendimento só uma necessidade causal governa. Mas a razão tanto ordena como também conhece. Declara o que deve ser e aquilo que é. O seu mandato implica liberdade assim como o seu conhecimento implica existência. Quando queremos, agimos como fôssemos livres, e a nossa liberdade é um postulado que não pode ser demonstrado ao entendimento. Liberdade não é um objeto de nosso conhecimento, mas é um ato de fé. Liberdade, como postulado, é a condição da moralidade, e a prioridade da vontade sobre a razão pura é revelada no fato de que ela pode garantir aquilo que o entendimento não pode provar.

2 – Postulado da imortalidade da alma. O alvo das inclinações é felicidade, prazer; o alvo da vontade é a virtude. Não há nenhuma relação ou correspondência entre estas duas idéias no mundo. O homem pode ser feliz e mesmo assim não ser virtuoso; pode ser virtuoso e não ser feliz. Pelo fato de pertencer tanto ao mundo dos espíritos livres como também ao mundo da necessidade, o homem é impedido na sua busca e realização do seu maior bem nesta vida. O seu maior bem é a união da virtude e a felicidade. Se isto precisa ser alcançado, uma outra vida precisa ser garantida. No entanto, isto é apenas um postulado e não é uma prova. Quando o homem quer, ele quer como fosse um ser imortal.

3 – Postulado da existência de Deus. A fé, esforçando-nos para prosseguir, deve postular Deus como o único e capaz de garantir uma harmonia futura entre a bondade e a felicidade e o único capaz de distribuir com justiça as recompensas e castigos que são tão desproporcionais neste mundo. Quando digo: “eu quero”, eu quero como se Deus existisse. Quando eu quero, eu crio ou expresso pelo meu querer, a minha liberdade, a minha imortalidade, e a existência de Deus. Mas, por ser a minha vontade uma lei não condicionada do seu ser real, a minha fé nestas coisas está bem alicerçada.

A CRÍTICA NA RAZÃO PURA

3 – Na Razão Pura (Raciocínio).

A mente sintetiza juízos abstratos, leis, princípios, formando, a posteriori, conhecimentos metafísicos ou transcendentais do entendimento.

2 – No Entendimento.

A mente sintetiza percepções, idéias, fenômenos, experiências sensitivas. Forma juízos, ciências etc.

1 – Nas Percepções.

A mente sintetiza sensações. Forma estados subjetivos e idéias primárias.

A CRÍTICA NA RAZÃO PRÁTICA

3 – Na Razão Prática (Esfera Pessoal).

Na base da Fé e das “idéias” inatas, axiomáticas de “Deus”, “alma” e “unidade do universo”, a mente sintetiza juízos a priori, formando conhecimentos transcendentais, visando sua unidade, valor e totalidade.

2 – No Entendimento.

A mente sintetiza experiências e conhecimentos empíricos.

1 – Nas Percepções.

A mente sintetiza sensações.

Forma sentimentos estéticos.

Razão Pura e Razão Prática

I - A espontaneidade da razão é idêntica à liberdade.

1 – O valor da vida humana está na sua espontaneidade.

2 – A Idéia de liberdade na sociedade, igreja, na educação.

3 – Para Kant a Ética é um sistema de leis da razão pura.

4 – Para ter validade, estas leis precisam ser a priori, derivar da própria Razão, sintéticas, aplicáveis à experiência.

II – Fundamentos diferentes.

1 – O fundamento da Razão Pura é objetivo, à experiência externa.

2 – O fundamento da Razão Prática é subjetivo, absoluto, não depende da experiência.

3 – Representam dois mundos: Dos fenômenos e da realidade.

4 – A Razão Pura é transcendental; a prática é transcendente.

5 – A Razão Prática oferece certeza absoluta do conhecimento, na base de juízos sintéticos a priori.

INTRODUÇÃO À “METAFÍSICA”

Conforme Bowne

O problema da filosofia especulativa resume-se em duas questões: Como é possível o conhecimento e o que é a realidade? A primeira pertence à epistemologia; a outra à metafísica. A primeira está discutida no livro “A Teoria do Pensamento”; a segunda será discutida aqui.

A natureza da realidade, pois, é o nosso assunto. Não pretendemos procurar um conhecimento detalhado de coisas particulares, como este se encontra nas ciências especiais, mas sim o conceito, em forma de esboço, da realidade que deve incluir o conhecimento de coisas particulares e pelo qual este deve ser julgado. Há determinados conceitos gerais que de imediato formam o esqueleto ou a estrutura do conhecimento e da existência. São as categorias do ser e causa, da mudança e identidade, do espaço e tempo; o mesmo conhecimento de coisas particulares dependerá do conceito que tivermos destas categorias básicas. A Epistemologia as apresenta como princípios de pensamento; a metafísica estuda o seu real significado. O nosso trabalho seguirá principalmente o estudo do significado ontológico das categorias em si e de suas especificações. Assim demarcamos o nosso campo e das ciências especiais.

A necessidade da pesquisa metafísica vem de duas razões: Primeira, as categorias são primeiramente princípios de pensamento. Kant insistia que elas são apenas esses princípios e que não tem significado nenhum para a realidade em si. Com isto Kant derrubou seu próprio sistema, pois assim torna realidade apenas uma forma de palavras quando nega às categorias todo valor objetivo. Ao mesmo tempo é evidente que muita coisa há, que é puramente formal e relativa no uso das categorias, e que não corresponde a nenhum fato objetivo. Também podemos estar bastante certos da validade do princípio do princípio formal, mesmo sem estarmos esclarecidos quanto à forma em que este princípio precisa ser objetivamente conceituado. Assim, não podemos ter dúvida a respeito da realidade objetiva de causalidade ou identidade, e estarmos mesmo assim no escuro quanto à forma em que a causalidade ou identidade existe. Portanto, depois de a epistemologia estabelecer os princípios formais, cabe à metafísica estabelecer a sua forma e significado ontológico.

Em segundo lugar, estas noções fundamentais são sempre frouxas e, com freqüência, contraditoriamente conceituadas no pensamento popular. Há uma metafísica natural no pensamento espontâneo, mas que não está elaborada em um sistema claro e harmonioso. Nosso pensamento prático é determinado por necessidades práticas, e espontaneamente nunca damos

uma precisão maior às nossas idéias do que a prática que exige. Além disso, estas idéias, no pensamento não refletido, derivam suas formas da nossa experiência dos sentidos e adquirem um caráter mecânico e materialista. Isto pouco prejudica enquanto o pensamento é instintivo; mas quando começa a reflexão, estas noções frouxas e unilaterais são tomadas como fossem fatos, então aumenta a sua paralaxe com a realidade ao ponto de surgirem absurdos grotescos e sem veracidades prejudiciais. Neste caso, a matéria estendida torna-se em conceito típico e exclusivo de substância, e a ação mecânica torna-se em causalidade total. O resultado disto é o domínio do materialismo, ou conflito entre ciência e religião, ou outra aberração qualquer sem proveito.]Tais coisas surgem quase exclusivamente de conceitos imperfeitos das categorias, e especialmente de determinar seus significados baseando-se na experiência sensível.

A pesquisa metafísica torna-se, pois, assunto de importância teórica e prática. É teoricamente importante para escapar do dogmatismo superficial, por um lado, e de um subjetivismo autodestrutivo, por outro. A Metafísica é de importância prática, para elevar o pensamento popular acima dos sentidos, onde é o pensamento constantemente tentado para desviar-se para necessidade, mecanismo e materialismo. As aberrações na filosofia são devidas, em grande parte, à falta de compreensão das categorias; a reforma e progresso na filosofia dependem de um discernimento mais profundo do seu verdadeiro significado e implicações.

A pergunta, “que é a realidade?” só pode ser respondida dizendo como devemos pensar sobre a realidade. Não temos outro recurso para tratar da realidade a não ser através dos conceitos que formamos dela. Este fato tem conduzido para a sugestão cética do que nós nunca podemos dizer se os nossos conceitos correspondem à realidade. A resposta a isto é que esta “correspondência” em si é uma noção muito crua e obscura. A única correspondência, que as nossas conceituações podem ter, está na sua validade para as coisas. Não pode haver nenhuma correspondência no sentido de que possamos conhecer primeiro as coisas em si, e depois então formarmos conceitos dessas coisas já conhecidas, e compararmos, finalmente, as coisas e suas conceituações para verificarmos sua correspondência. Este seria realmente um modo indireto de conhecer, e envolveria trabalhos de super-rogações. Validéz é a única

correspondência, e esta só pode ser determinada pela evidência própria ou necessidade com que a conceituação se impõe sobre a mente.

Outrossim, a sugestão cética está aqui fora do lugar. Antes de podermos determinar se a nossa idéia de realidade é a válida para a realidade, devemos primeiro descobrir o que realmente é essa idéia. Já explicamos que a metafísica natural do pensamento espontâneo é superficial e conceituada de forma descuidada. Serve para fins práticos enquanto nós limitamos à rotina diária, mas de modo nenhum dá-nos resultados finais de uma razão refletida e crítica. Portanto, antes de levantarmos a pergunta cética, devemos fazer um estudo crítico do pensamento em si para esclarecermos as nossas idéias, ajustando suas relações mútuas, e determinando quais são os pronunciamentos da razão em assuntos de metafísica. Considerar a questão cética antes desta pesquisa seria abrir caminho para um paralogismo infinito e uma improcedência lógica. Quanto, porém, alcançamos os pronunciamentos finais da razão, e se estes são claros, consistentes entre si, e convincentes em sua evidência, pouca dificuldade haverá em aceitá-los apesar de objeções de céticos.

Que é realidade? Só podemos responder esta pergunta a não ser abrindo os olhos e dizendo: o que vemos? ou examinando a experiência e relatando o que encontramos nela? Esta é uma questão muito natural, e decisiva para os que estão na esfera dos sentidos físicos. Mas, muito cedo na história do pensamento refletido, ficou evidente que os conceitos que formamos espontânea e irrefletidamente, não são aqueles em que finalmente podemos descansar. Se procurarmos nos apoiar nas coisas como elas parecem ser, ficamos envolvidos em dificuldades de toda espécie; e somos obrigados a re-examinar os nossos conceitos até os tornarmos consistentes entre si e adequados para a função que precisam desempenhar no nosso sistema de pensamento. Assim surge a distinção entre aparência e realidade, ou entre as coisas como elas parecem ser e as coisas como devemos pensar delas. Assim, finalmente, o problema da metafísica tornar-se uma questão para o pensamento, e não para ser respondida pela intuição dos sentidos.

Não obstante, são os fatos da experiência que oferecem os dados da experiência. Não temos meios de criar a realidade, também não temos uma intuição a priori para conhecermos a sua natureza que pudéssemos dizer de antemão o que deve ser a realidade. Alguns especuladores, de fato, têm imaginado que alguma coisa semelhante é possível, mas tal

sonho hoje tem pouco apoio. Devemos esperar que a realidade se revele por si e a nossas máximas esperança deve ser a de entendê-la.

Nosso método, pois, é crítico e não criativo. A experiência, como um todo, é o nosso material, e a pergunta é: como devemos pensar da realidade na base da experiência, como interpretada pelo pensamento? Tomamos, pois, tudo como parece ser, ou como se apresenta, e fazemos as modificações só quando são necessárias para tornar nossos conceitos adequados e harmoniosos. As razões para dúvida e modificação devem ser procuradas inteiramente na esfera do sujeito, e não na possibilidade de dúvida de linguagem. Este método dá plena liberdade à razão, e também preserva o sentido natural da realidade, que nunca pode ser impunemente violado, sem necessidade. Tomamos a teoria das coisas formada pelo pensamento espontâneo, e fazemo-la o texto para uma exegese crítica esperando torná-la adequada e consistente. Este método é o de fé e não de ceticismo.

Esta idéia enunciada merece mais destaque. Qualquer negligência neste ponto constitui base para a idéia popular de que a filosofia conduz ao ceticismo, e ao ceticismo popular com referência a conclusões filosóficas. Ciência e filosofia não negam nada do que os sentidos oferecem, embora ambas tenham razão para negar que os sentidos ofereçam tanto quanto o pensamento não crítico imagina. Ambas – ciência e filosofia – fazem dos dados dos sentidos um ponto de partida, e sobre eles edificam um sistema racional. Este sistema, porém, nunca é o material dos sentidos. Física e metafísica, ambas levam-nos imediatamente ao mundo das realidades, cuja existência e natureza só podem ser afirmadas pelo pensamento. As conclusões tiradas em ambos os casos parecem monstruosos quando julgadas pelo padrão dos sentidos; mas elas depois não são para serem julgadas por esse padrão. E, havendo reflexão, verifica-se que os dois tipos de pontos de vista realmente não são contraditórios. O ponto de vista dos sentidos oferece o material; o ponto de vista da razão o interpreta. Assim fazendo, a razão presume a verdade do ponto de vista dos sentidos e na sua própria esfera. Os céus visíveis e os céus astronômicos, por exemplo, não estão em contradição. O astrônomo faz dos céus visíveis e seu ponto de partida, e descobre que estes o obrigam a afirmar os céus astronômicos. Cada ponto de vista, no seu lugar, está correto e nenhum nega o outro. Mas, se o homem inculto procurasse destruir a Teoria de Copérnico apelando para os sentidos,

ninguém prestaria atenção a ele, pois todos reconhecem que os sentidos não têm jurisdição na matéria.

A aplicação disto à teoria filosófica é evidente. Também aqui, começamos com os dados da experiência, mas não terminam com eles. Somos levados a transcendê-los dando aos mesmos uma interpretação racional. Assim como não é objeção para a física e astronomia que os átomos e o éter não podem ser vistos, ou que os céus parecem contradizer Copérnico, assim não há objeção também para a filosofia, se as suas teorias não podem ser verificadas pelos sentidos. Se, portanto, nas discussões seguintes, muitas coisas aparecerem como paradoxos violentos e mesmo monstruosos, quando julgados pela aparência dos sentidos, o leitor, queira lembrar-se que não reconhecemos aquele padrão como medida da verdade racional, assim como o físico não reconhece como teste de suas teorias. Em ambos os casos, se as conclusões são razoavelmente inferidas de premissas indubitáveis, elas precisam ser aceitas, não importa venha o que vier.

Antes de prosseguir, porém, esta distinção entre aparência e realidade precisa de mais elucidação para não cairmos numa confusão de palavras. A aparência e a realidade, fenômenos e nômeno, são frases freqüentemente usadas com frouxidão. Aparência freqüentemente tem o sentido da ilusão e decepção, ficção de fantasia desordenada, ou produto de circunstâncias patológicas. Esta idéia tem prejudicado tanto a palavra, que é difícil usá-la, sem dar a entender alguma coisa semelhante. A própria antítese de aparência e da realidade parece transferir a aparência para a irrealidade como fosse fictícia. A antítese de fenômenos e nômeno, devido à sua relação com a teoria Kantiana de conhecimento, tem o mesmo significado enganoso. O fenômeno é suposto ser algo que devia revelar o nômeno, mas que, ao invés de fazê-lo, o esconde e o torce. O noumenon, por outro lado, é tido como alguma coisa que procura olhar através do fenômeno mascarado, mas está faltando nesta tentativa.

Está claro que, neste sentido, o aparente ou fenomenal, não pode levar a conhecimento nenhum. A aparência, como ficção ou ilusão, nunca pode oferecer a premissa para conclusões válidas a respeito da realidade. O fenomenal, como mascara e distorção do nômeno, nunca pode dar conhecimento do que é real. Deve haver, pois, alguma verdade na aparência ou no fenômeno, se é para nos ajudar chegar a algum conhecimento do real.

A ordem verdadeira é esta. A distinção entre aparência e realidade existe para o pensamento espontâneo apenas na forma que torna a aparência em ilusão. Mas quando o pensamento torna-se refletido e cômico de si, nós descobrimos que alguns elementos de experiência são dados na intuição dos sentidos, e que outros são dados só no pensamento. Os primeiros chamamos de aparências ou fenômenos e os outros são chamados de nômico e realidade, freqüentemente. Se o termo nômico não tivesse recebido uma conotação desnorteada através de suas associações kantianas, expressaria exatamente o contrário. É a coisa como pensada, em distinção da coisa como aparente. “Realidade” é expressão infeliz para a “antítese”, pois, quase inevitavelmente, sugere que a aparência é ilusão. Mas de algum modo o aparente também é real, isto é, não é nenhuma ilusão do observador individual, mas é um elemento universal ou comum na intuição sensitiva de todos. Como tal, é real, distinto do fantasma e erro. Mas, sendo efeito de causa não aparente, não é alguma coisa substancial e é apenas aparente. É realidade, como antítese do aparente, só pode ser a base causal e ontológica do aparente. Como tal ela só pode ser alcançada pelo pensamento, mas os dados para nossa inferência sempre devem ser encontrados no que é aparente.

Podemos dizer então, que tanto o fenomenal como o nômico, ambos são reais, mas não tem a mesma espécie de realidade. Os nômicos são reais tendo causalidade e substancialidade. Os fenômenos não são causais ou substanciais, mas são reais no sentido de não serem ilusões do indivíduo, mas de serem elementos permanentes da nossa experiência sensitiva comum. É de suprema importância compreendermos o movimento do pensamento para que estes dois sentidos de realidade sejam mantidos separados e que ambos sejam distinguidos da ilusão e do erro.

O principiante na matéria terá alguma ajuda para compreender o assunto se refletir sobre a doutrina estabelecida sobre o mundo dos sentidos. Há uma concordância universal entre cientistas e filósofos de que uma grande parte do mundo dos sentidos tem existência apenas fenomenal. Quando pesquisamos o fundamento causal e ontológico desse mundo, somos levados além dele para dentro do mundo do pensamento e ali somos informados de que este é o verdadeiramente real. Mas, ao mesmo tempo, o mundo fenomenal permanece real a seu modo. Este forma os conteúdos da nossa experiência objetiva, e é o campo no qual todos nós nos encontramos em entendimento mútuo. Ele expressa, pois,

um elemento comum a todos, e não é nenhuma ficção do indivíduo. A pergunta adequada a seu respeito, não é, “é real?” mas antes, “que espécie de realidade tem?”

Ao invés de antítese, aparência e realidade, ou fenômenos e noumenos, adotamos, pois, antítese, realidade fenomenal e realidade causal ou ontológica, e consideremos a tarefa da metafísica como tentativa de passar, pelo estudo da realidade fenomenal, para uma conceituação consistente e adequada da realidade causal. Quando estudamos a primeira não podemos descansar nela como fosse final; e somos obrigados assim para irmos além das instituições dos sentidos para construções não simbolizadas do pensamento.

Começamos então com os dados da experiência e as construções do pensamento espontâneo, e perguntamos que mudanças a razão refletida e crítica exige para chegar a uma interpretação adequada. O filósofo não tem nenhuma receita para criação, e admite que, se a realidade não existisse, ele estaria, lamentavelmente, perdido para produzi-la. O ser é uma maravilha perpétua e misteriosa, que a nossa lógica nunca pode deduzir. Almejamos, portanto, poder dizer, não como existe o ser ou como é feito, mas tão somente como devemos pensar dele como existente, ou depois de ter sido feito. Se estivéssemos procurando deduzir o mundo do ponto de vista do absoluto, poderíamos tomar um caminho elevado do a priori; mas como o nosso objetivo é racionalizar e compreender a experiência, devemos começar com experiência. E sendo o nosso pensamento fundamental da realidade que ela tem existência, começamos com a exposição e crítica do conceito do ser.

CONCEITOS METAFÍSICOS ESSENCIAIS À TEOLOGIA CRISTÃ

O presente estudo visa focalizar os princípios metafísicos e essenciais para uma interpretação teológica da religião cristã como realidade em si e da experiência universal do homem. Em suas origens e significado imediato, a religião cristã é uma realidade empírica e criativa. Satisfaz as necessidades espirituais do homem como ser religioso, social e ético. A religião cristã como experiência empírica, no entanto, não apresenta ao homem como ser racional uma interpretação científica, filosófica ou mesmo teológica de si mesma como realidade. Cria no homem, no entanto, um desejo espontâneo de compreender e interpretar a sua experiência cristã para sua satisfação mental. Este desejo atua no

homem como estímulo, necessidade e alvo para buscar o objetivo da sua própria experiência cristã sem cuja realização ele não se julga estar na posse completa do seu significado. Para este fim o homem precisa ter como pré-requisito a compreensão do significado científico do mundo físico, racional, metafísico, em que se acha e do qual faz parte, juntamente com a sua experiência cristã. É uma necessidade essencial que o homem sente como ser pessoal ou religioso, mental e ético.

Para interpretar teologicamente a sua experiência cristã o homem precisa interpretá-la também nos seus aspectos científicos, filosóficos e outros. Para isto não basta ele ser teólogo apenas no sentido tradicional do termo. Em última análise, a experiência do homem é uma unidade e só pode ser interpretada teologicamente, quando ela é considerada também nos aspectos científicos e filosóficos. A interpretação teológica só é racional ou completa quando abrange da experiência não somente aquilo que é imediato, mas também o que nela está implícito ou como um todo. Igualmente, também, por outro lado uma interpretação científica da experiência só pode ser completa ou coerente como unidade, quando também os demais aspectos dela estão interpretados.

A interpretação teológica da experiência cristã pessoal ou empírica e de suas implicações é tarefa do homem. A religião cristã apresenta-se ao homem como experiência empírica ou histórica e não como uma doutrina. Cabe ao próprio homem como cristão interpretá-la em termos de sua razão. Cabe também a ele preparar o terreno e aperfeiçoar os seus recursos mentais ou científicos para esta interpretação. Para buscar os princípios metafísicos essenciais à teologia o homem precisa começar com aquilo que é físico e particular e que precede e representa o metafísico ou a realidade universal. O teólogo precisa conhecer, pois o universo físico para poder compreender a realidade metafísica para então, na base desta, buscar compreender também esta mesma realidade teologicamente. A teologia como interpretação religiosa trata de realidades espirituais que transcendem os princípios metafísicos que constituem a base da história e do universo físico. Para compreender a realidade da verdade teológica o cristão precisa conhecer, para fins de base, também aquilo que a precede e que é por ele transcendido pela realidade teológica. Sem a interpretação do que é físico e metafísico não pode haver uma interpretação adequada da verdade teológica que se baseia em princípios metafísicos.

O Universo Físico como Base de Conceitos Metafísicos.

O estudo dos elementos metafísicos essenciais à interpretação teológica da religião cristã e da realidade como um todo precisa começar com o começo da revelação divina do universo físico, que o homem conhece através dos seus sentidos físicos como sua habitação e problema. É o princípio com que o homem tem experiência. O homem está no universo, faz parte dele e, ao mesmo tempo, procura transcendê-lo. O conhecimento inicial do universo que o homem tem é objetivo ou físico. Esta condição ao homem é o caminho para conhecer os elementos metafísicos deste mesmo universo. Para conhecê-lo o homem precisa observar a ordem em que os elementos físicos do universo se apresentam na experiência empírica. Esses elementos não somente são os primeiros que se apresentam ao homem. São também os que existiram antes que o próprio homem existisse. Através da sua experiência religiosa cristã, o homem sabe que o universo, como objeto de sua experiência empírica, existiu antes que o próprio homem tivesse consciência de si mesmo, ou antes, que ele mesmo existisse. Antes de ter conhecimento teológico, ou racional da sua experiência cristã, o homem precisa ter primeiro o conhecimento físico ou material como subsídio preliminar para a sua interpretação racional.

O primeiro contato que o homem tem com o universo é com a matéria, ou elemento físico. É mediante este contato com a matéria que o homem encontra que esta mesma matéria, que há no universo objetivo, há também nele, ou no seu corpo. Na experiência do homem precede o elemento metafísico. No momento não se trata aqui, porém, de nenhuma análise da matéria em si, mas só da realidade como fato da experiência empírica, ou como o primeiro elemento desta experiência. O elemento material ou físico do universo só em si não oferece nenhum significado para o homem como ser racional. O universo de matéria física e objetivado é um caos informe e vazio de significado. Não é uma finalidade em si. O universo apenas material não constitui uma habitação ou ambiente adequado para o homem.

Outro elemento que o homem encontra no universo físico e que dá realmente significado do mesmo como tendo uma finalidade e como base inicial para que o homem o possa interpretá-lo, é a vida. Mencionamos no momento a vida apenas como a realidade da experiência empírica sem qualquer tentativa para analisá-la. Na experiência do homem a vida como

realidade objetiva transcende a realidade da matéria inorgânica. Através da vida e na esfera da vida o homem encontra o significado da matéria. A vida revela as relações existentes entre os diferentes elementos da matéria. A vida unifica esses elementos diferentes. O homem encontra a vida não somente no universo físico objetivo, mas também em si mesmo. O homem encontra a vida não somente no universo físico objetivo, mas também em si mesmo. O homem é um organismo vivo. Isto estabelece relações de significado entre o homem e o universo em que ele habita.

Estando em contato empírico com a matéria no universo físico e principalmente com os fenômenos que se verificam na esfera da vida ou dos seres vivos na natureza, ele espontaneamente é levado a buscar o significado dos mesmos. Procura descobrir por que se verificam os fenômenos nos seres vivos. O homem se manifesta curioso e desejoso de conhecimento. Ele neste desejo transcende a esfera dos fenômenos. Ele deseja conhecer as realidades que ele supõe estarem causando os fenômenos. A simples experiência empírica, não satisfaz o homem. A sua mente ou pensamento quer ir além do que é sensível e imediato. Diante dos fenômenos e mudanças no universo físico, o homem, por uma espontaneidade inata, quer descobrir o que é permanente. Foi a primeira manifestação do pensamento filosófico na história. As experiências transitórias dos sentidos físicos não satisfazem o homem. O universo percebido através dos sentidos não satisfaz o homem. A interpretação destas experiências físicas torna-se um problema para ele. É o problema de como transcender o que é físico e transitório para achar o permanente.

Conhecimento da Existência de Deus

Obs.: Este esquema foi transcrito de um manuscrito em que algumas palavras não puderam ser decifradas. Peço vênica aos leitores.

1 – Não é objeto de conhecimento. Do conhecimento racional? Não.

“Idéias de Deus como expressão da necessidade da Razão é uma necessidade perfeita”. Que tipo? Matemática? Lógica, unidade sem referência ao objeto de conhecimento que não é externo, impessoal, cuja existência é objetiva e axiomática. Sua própria existência subjetiva abrange mais outras existências é subjetiva e axiomática. Sua própria

existência, subjetiva abrange mais outras existências em mesmo pé de igualdade qualitativa.

2 – Argumento Ontológico. – Idéia de Deus e a idéia de um ser perfeito.

a) Existem como predicado, essência de Deus.

b) Ser não é nenhum predicado. Como por exemplo, amor, poder, bondade, pois o predicado nada acrescenta ao sujeito.

Não podemos raciocinar, partindo do atual, e provar a sua existência, porque o atual não é superior e nada acrescenta como prova.

3 – Argumento Cosmológico. Argumento partindo da existência de fenômenos contingentes para a existência de uma realidade não condicionada. Causa não causada do pensamento causado existente. Idéia da razão a priori, e sinônimo da existência de presença pessoal, ética. Só um ser necessário pode ser pensado racionalmente, portanto provar o ser idêntico a experiência.

4 – Argumento físico-teleológico. Inferência o desígnio inteligência achado na natureza implica num planejamento inteligente. Natureza, propósito da beleza, bondade e propósito indicam apenas um arquiteto e não um criador.

5 – Na dialética a Razão, com suas idéias, procura ir além da experiência, o que a especulam. São idéias refutadas, de que é melhor como se alma, Deus, e como o universo é uma totalidade, unidade de coisas relacionadas. Se a especulação não pode provar também não pode negar proposições contrárias.

Alguns Esboços

I – Introdução:

1 – Conceito e finalidades teológicas.

2 – Problema preliminar: Como é possível o conhecimento?

3 – Problema central: Que é a realidade?

4 – Ordem da matéria e método.

5 – Metafísica como preparação para ética.

6 – Conteúdo além da experiência sensitiva:

- 1) O mundo exterior que vem através da experiência sensitiva.
- 2) Relações de espaço e tempo.
- 3) Limitação e infinitude.
- 4) Realidade e fenômenos.
- 5) Matéria e forma.
- 6) Mudança, movimento e força.
- 7) Prazer empírico e significado racional.
- 8) Propósito e destino.

II – Elementos da Crítica do Conhecimento - Epistemologia.

- 1 – Pensamento empírico ou popular, físico, passivo.
- 2 – Categorias de percepção.
- 3 – Categorias de entendimento ou conhecimento racional.
- 4 – Limites e o valor do conhecimento racional.
- 5 – Critério da própria racionalidade.
- 6 – Conhecimento ideal ou absoluto.
- 7 – Entendimento.
- 8 – Fenômenos.
- 9 – Nômeno (coisa em si).
- 10 – Epistemologia – Def.: É a ciência do método e alicerces do conhecimento, especialmente da sua validade e limites.
 - 1) Essencial, objetiva.
 - 2) Existencial, subjetiva.
 - 3) Espiritual.
- 11 – Gnosiologia – Def.: É o estudo dos limites da faculdade humana de conhecimento e dos critérios que condicionam o conhecimento – validade.

III – Elementos de Cosmologia.

- 1 – Diferença entre princípios e fenômenos.
- 2 – Conceito do espaço e tempo.
- 3 – Conceito de matéria e vida.
- 4 – Espírito, pessoa.
- 5 – Conceito de causa, força e movimento.
- 6 – Natureza fenomenal do universo físico.

IV – Elementos de Ontologia.

- 1 – Distinção entre realidade e fenômenos.

- 2 – Características da realidade fenomenal.
- 3 – Realidade lógica e metafísica.
- 4 – Realidade moral e ética.
- 5 – Mudança e identidade.
- 5 – Causalidade.
- 6 – Base do universo.
- 5 – Descoberta da categoria e conceito do Ser.
 - 1) Nosso ser subjetivo descobre o ser objetivo.
 - 2) O ser empírico objetivo é o caminho para o ser subjetivo.
 - 3) Descoberta da necessidade objetiva é descoberta de si mesmo.
 - 4) Intuição e Inspiração.
 - 5) As “Idéias” da razão.
- 6) Ser impessoal, racional.
- 7) Ser pessoal, ético.
- 8) Ser sobrenatural.

V – Conhecimento de Deus como Pessoa.

- 1 – Inferências psicológicas.
- 2 – Inferências lógicas.
- 3 – Limitações de provas científicas.
- 4 – Certeza da racionalidade no homem.
- 5 – Realidade pessoal sobrenatural em si – Unidade e causalidade.

VI – Natureza da Esfera Moral e Ética.

- 1 – Transcendência da esfera de limitações materiais.
- 2 – Esfera do conhecimento ético.
- 3 – Esfera de relações espirituais e éticas perfeitas.
- 4 – Razão Moral e ética.
 - 1) Descoberta da existência e relações pessoais.
 - 2) Dever e capacidade moral.
 - 3) Conduta moral e ética.

Definição de Metafísica

Metafísica é pensar com clareza sobre a existência, propósito, significado e sobrevivência do homem como realidade objetiva e

subjetiva. Todo o seu pensamento realmente começa e gira em torno destas questões e também cessa aí.

Metafísica não está propriamente interessada em métodos ou “como” se verificam os fatos da experiência, mas sim “por que” eles se verificam. Sendo uma tentativa inicial para interpretar os fenômenos da experiência, o pensamento metafísico não é nem pode ser arbitrário ou dogmático. Trata de começos que ainda precisam ser comprovados pela ciência. A religião, ou sua interpretação sistematizada, filosofia moral, ou outro conhecimento especializado não é propriamente metafísico embora se baseiem nesta como preliminar ou base. Não são frutos da metafísica, mas de conhecimento sistematizado ou racional. O homem pode conhecer princípios metafísicos mesmo sem expressá-los seus conceitos em termos metafísicos ou abstratos que estejam além da sua experiência empírica.

COSMOLOGIA

I – Matéria

III – Vida

1 – Novo começo como fato.

2 – Seres vivos, movimentação, atividade, mudanças, evolução, especialização, transição, relações, significado da matéria.

3 – Teleologia nos órgãos dos seres vivos e nos organismos.

4 – Origens da vida, dos seres individuais, dos grupos, das espécies.

5 – Significado teleológico da vida no universo.

III – Psicologia.

Metafísica – Introdução

(Brugger)

1 – DEFINIÇÃO

- 1) Além do físico, da realidade empírica corpórea. Aquilo que é inexperimentável, imutável, espiritual.
- 2) Para Aristóteles, metafísica era o que não pode ser objeto de experiência, é o âmago de experimentável e ser indeterminado ou geral, infinito, divino, criador dos entes divinos.
- 3) A ciência filosófica fundamental, base para todos os campos da filosofia. Para Aristóteles, metafísica era a filosofia primeira, do Ser e Deus.
- 4) Os materialistas e positivistas rejeitam a metafísica.

2 – DIVISÃO

- 1) Doutrina geral do ser, da essência, das propriedades e leis, ou Ontologia, doutrina de Deus, teologia natural.
- 2) Metafísica especial ou aplicada. Doutrina filosófica do mundo, de entes peculiares. Cosmologia, antropologia, psicologia e ontologia.

3 – MÉTODO

- 1) Na Ontologia o método não pode ser puramente analítico, nem puramente indutivo. O racionalismo de Spinoza prossegue por via analítica.
- 2) Metafísica indutiva baseia-se nas ciências modernas, na generalização indutiva.

METAFÍSICA

I - Conceito

- 1 – Metafísica é a ciência das causas e princípios primários e da essência das coisas em si.
- 2 – Parte do próprio ser necessário, perfeito e real.
- 3 – Assuntos estudados:
 - Deus.
 - Alma
 - Coisas em si.
 - Virtudes morais.
 - Ideal.

Dever ser.

Ordem de realidade superior.

Conhecimento absoluto.

Intuição direta.

4 – Conceito moderno de metafísica. Com a separação das ciências filosofia, o que resta dela é a metafísica. Hoje a metafísica é uma reflexão sobre:

1) Princípios da interpretação do mundo.

2) A intuição universal da realidade criada em nós por esses mesmos princípios.

3) A essência do ser como oposto do parecer, absoluto e existente em si e não em outrem e por outrem.

4) O campo da razão pura.

II – Problemas e Correntes:

1 – Problemas filosóficos. – Quatro grupos:

1) Epistemológico.

Possibilidade do conhecimento

Natureza

Valor

Limites.

2) Cosmológico. Da habitação do homem.

Matéria. Relação com espaço e tempo. Distinções externas.

Vida.

Mudanças.

Causa.

Essência das coisas em si.

3) Psicológico.

Alma. Origem. Natureza não espacial.

Pensamento. Raciocínio.

Ser. Como substância, parte do universo, distinto do universo material como espírito.

4) Teológico. Teologia racional.

Natureza religiosa do homem como espírito.

Mitologia como necessidade do raciocínio.

Necessidade para interpretação cosmológica.

Necessidade psicológica de um ser superior.

Experiência religiosa objetiva.

2 – Sistemas e correntes filosóficas – referentes à substância.

1) Sistemas monistas.

Panteísmo. Monismo puro. Uma só substância.

Idealismo. Substância espiritual e única real. Rejeita a matéria.

Quanto ao conhecimento, Idealismo pode ser: Psicológico – que explica o mundo pela atividade imanente do espírito; Metafísico – que admite um mundo real espiritual independente do conhecimento humano.

Materialismo. Admite só a matéria. Nega a substância espiritual.

Materialismo dualista considera o corpo e alma como substâncias materiais; materialismo monista suprime a dualidade da substância. Considera a alma como função do corpo.

2) Sistemas dualistas:

Dualismo afirma que o universo é resultante de dois princípios ou causas distintas, opostas e irreduzíveis.

Espiritualismo. Admite a dualidade: Corpo e alma, matéria e espírito, distintos e independentes.

3) Correntes filosóficas – referentes ao conhecimento.

a) Idealismo. Nega a realidade das coisas objetivas. Sustenta que o conhecimento é relativo só ao sujeito. Afirma que as coisas se apresentam segundo o que nós somos e não segundo o que elas são em si. É fenomenalismo que nada admite como real além do fenômeno.

b) Realismo. Admite a realidade do mundo exterior. O realismo moderno reduz a realidade a sensações (Stuart Mill).

c) Ceticismo. Duvida deliberadamente de todo objeto de conhecimento. Hoje, todavia admite fatos, mas não a explicação dos mesmos.

Noções de Metafísica

I – Na Lógica

Racionalidade, forma, linguagem.

II – Na Epistemologia

Sujeito, objeto, realidade, fenômeno.

III – Na Ciência

Experiências sensíveis, abstração, leis.

IV – Na Filosofia

Relações com o todo, significado, valor, personalidade, juízo.

V – Na Teologia

Religião, Revelação, Deus, experiência espiritual.

METAFÍSICA – COSMOLOGIA

(Brightman)

1 – Conceito de Metafísica.

Em Cosmologia, a metafísica procura ir além dos fenômenos das coisas físicas para definir o que é verdadeiramente real. Toma as coisas físicas como ponto de partida. São as primeiras com que o homem tem contato. Foi da observação destas que, historicamente, surgiu a filosofia e a ciência. A Filosofia como metafísica procura mostrar o lugar dos objetos físicos na realidade.

2 – Método de pesquisa.

Para conhecer os objetos ou o universo físico não basta apenas percebê-los através dos sentidos. A Metafísica procura definir as coisas cientificamente de modo a estabelecer uma relação de harmonia entre as mesmas e o homem, ou entre as coisas e o pensamento.

A Metafísica procura esclarecer as diferenças que se verificam entre o que as coisas parecem ser e o que elas realmente são. As coisas nem sempre são o que parecem ser, porque nem sempre os nossos sentidos físicos revelam a realidade verdadeira. A metafísica procura verificar a fidelidade dos nossos sentidos e não toma as sensações como o critério da verdade. Para saber então o que são as coisas na realidade metafísica depende da ciência. Procura explicar as mudanças que se verificam nas coisas, pois entende que as coisas que mudam precisam ser alguma coisa mais do que parecem ser.

3 – Como se apresentam os objetos físicos à ciência.

Quando o homem reflete sobre as coisas que observa no universo físico descobre que as impressões das sensações são contraditórias e estereis. Suas aparências são ilusões. As ciências procuram então verificar a própria estrutura intrínseca das coisas baseando-se, por exemplo, em formas matemáticas, ação da luz, calor, cor etc. como também na base da influência que os fatos físicos exercem sobre as experiências psicológicas.

Que são, então, as coisas físicas? Para o ingênuo são o que os sentidos mostram. Para o cientista, porém, as coisas são diferentes. Hoje em dia o cientista analisa a matéria em moléculas e átomos e estes em elétrons e prótons. Para o cientista a matéria hoje é eletromagnetismo. O universo físico é um depósito de energia elétrica. Atualmente a matéria é medida em quantidades físicas matematicamente. A natureza do elétron, porém, ainda é desconhecida mesmo para o cientista. O mais que pode dizer é que o elétron existe como energia ou capacidade para alguma finalidade. A ciência, pelo que consta, não pode ir muito mais longe do que isto.

4 – Como se apresentam os objetos físicos à filosofia. Na filosofia há quatro possíveis métodos de pesquisa: o racionalista, o científico, o romântico e o sinótico, mas só o científico e o sinótico são válidos e isto quando se suplementam. Pelo emprego dos métodos analítico e sintético a filosofia pode prever os resultados das ciências. O seu método, porém, não se limita aos sentidos físicos. Demócrito dizia: não pode haver nenhum progresso intelectual enquanto as qualidades percebidas através dos sentidos forem considerados como finais. Só o pensamento pode dizer o que realmente existe. As qualidades sensíveis, para Demócrito, eram efeitos das qualidades que as próprias coisas possuem em si, como por exemplo: forma, tamanho, dureza, movimento, atomismo. Este método analítico, porém, leva ao ceticismo.

